

Boletim de Conjuntura

DISTRITO FEDERAL

Número 16 – 1º trimestre de 2021

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Marcus Vinicius Britto
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA - SEEC
André Clemente Lara de Oliveira
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL -
CODEPLAN
Jeansley Lima
Presidente

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora Administrativa e Financeira

Clarissa Jahns Schlabit
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas | DIEPS

Diretora – Clarissa Jahns Schlabit

Gerência de Contas e Estudos Setoriais - Gecon

Gerente - Jéssica Filardi Milker Figueiredo

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Renato Costa Coitinho

Revisão de Original e Copidesque

Nilva Rios

Heloísa Herdy

Sumário

Introdução

Seção I – Economia Brasileira

Seção II – Atividade Econômica do Distrito Federal

Seção III – Análise de Preços

Seção IV – Mercado de Trabalho

Considerações finais

Introdução

O ano de 2021 começou sob a influência das medidas de isolamento social e das restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Além disso, em dezembro de 2020, o pagamento de parcelas do auxílio emergencial foi suspenso, reduzindo o grau de estímulo ao consumo das famílias. Mesmo diante dessas adversidades, o primeiro trimestre de 2021, trouxe indicadores macroeconômicos que evidenciam a continuidade do processo de recuperação da economia brasileira e, principalmente, do Distrito Federal. E é esse o cenário que a décima sexta edição do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal analisa e detalha para contextualizar o progresso do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF), trazendo informações relevantes do mercado distrital para orientar o processo decisório e a formulação de políticas públicas.

O nível de atividade econômica do DF sustentou sua tendência de crescimento iniciada no trimestre passado e indica um maior dinamismo produtivo na capital federal. Assim, ainda que tenha havido aumento do desemprego, em muito relacionado com a sazonalidade do período, houve criação líquida de vagas de emprego formal, o que aumenta o grau de proteção social do emprego na região e aponta que o mercado de trabalho está reagindo.

O comportamento dos preços, por sua vez, constituiu uma fonte de preocupação com o IPCA e o INPC superando o limite superior da meta de inflação estabelecido pelo Banco Central e desencadeando uma resposta de política monetária em forma de elevação da taxa básica de juros, a Selic. As questões cambiais, a contração da oferta e a gradual recuperação da demanda continuam a pressionar a alta dos preços, produzindo oscilações significativas nos combustíveis e nos alimentos.

Esse relatório avalia as forças atuando sobre o mercado distrital de forma a oferecer um panorama completo da economia local, entregando informações relevantes para os agentes econômicos interessados na evolução produtiva da capital federal. Nesse sentido, o Boletim de Conjuntura do Distrito Federal apresenta dados da economia brasileira na primeira seção, oferecendo instrumentos para ajudar a explicar os resultados da economia do Distrito Federal, tema da segunda seção. O desempenho distrital é evidenciado pelo comportamento do Idecon-DF, calculado a partir de uma metodologia própria da Codeplan, e complementado por meio da análise de indicadores econômicos auxiliares. Em seguida, a análise da inflação, feita a partir do IPCA e do INPC, é avaliada na seção três. Na quarta seção, são avaliados os dados do mercado de trabalho do DF com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério da Economia. Ao final são levantadas algumas considerações finais e expectativas sobre o progresso da economia distrital ao longo de 2021.

Seção I

Economia Brasileira

1. Sumário

A economia brasileira começou a reverter as perdas acumuladas em 2020, alcançando um crescimento de 1,0% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado foi influenciado pelos bons desempenhos da Agropecuária (+5,2%) e da Indústria (+3,0%), enquanto o setor de Serviços (-0,8%) continua com dificuldades para voltar a crescer. No período, destacou-se a Formação Bruta de Capital Fixo (+17,0%) que representa os investimentos produtivos do país. Diante da melhora da atividade produtiva, no acumulado em quatro trimestres, as perdas reduziram-se para -3,8%.

O mercado de trabalho teve variação de -7,1% entre o primeiro trimestre de 2021 e igual trimestre do ano anterior de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADCT). Esse comportamento é, em parte, explicado pela sazonalidade do período e o restabelecimento de medidas de combate à segunda onda de contaminação da Covid-19 no Brasil. Por sua vez, o mercado formal apresentou criação líquida de 836 mil vínculos no país entre janeiro e março de 2021, o que representa um acréscimo de 1.147,5% em relação ao saldo do primeiro trimestre de 2020 de acordo com as informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED).

O nível de preços mensurado pelo IPCA, por sua vez, aumentou em oito dos nove grupos pesquisados, sendo a maior contribuição advinda do grupo de *Transporte* (+1,31 p.p.) em função do aumento do preço da Gasolina no período. *Comunicação* foi a única categoria a verificar deflação no período. No acumulado em 12 meses, o IPCA (+6,10%) e o INPC (+6,94%) ultrapassaram o limite superior da meta estipulada pelo Banco Central para 2021 (+5,25%), desencadeando uma resposta do Comitê de Política Monetária (Copom).

Com o objetivo de influenciar o comportamento do IPCA para que oscile em torno do centro da meta estipulado para 2021 (3,75%), o Copom decidiu dar início a um ciclo de elevação da taxa Selic, subindo, em março, a taxa de juros para 2,75%. Assim, a política monetária nacional, apesar de ainda expansionista, vem reduzindo o grau de estímulo. Já a política fiscal do período, de acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, registrou superávit de R\$ 24,44 bilhões em função de um crescimento real das receitas auferidas (+7,6%) e de uma redução nas despesas totais (-0,4%). No acumulado em 12 meses findos em março de 2021, há um déficit de R\$ 715,81 bilhões.

Os indicadores macroeconômicos mostram um cenário de recuperação econômica no país e as perspectivas de mercado sustentam que o processo deve se tornar mais dinâmico nos próximos meses, de forma que as projeções do mercado brasileiro disponibilizadas no Relatório Focus indicam um crescimento superior à 3,0% no fim de 2021¹.

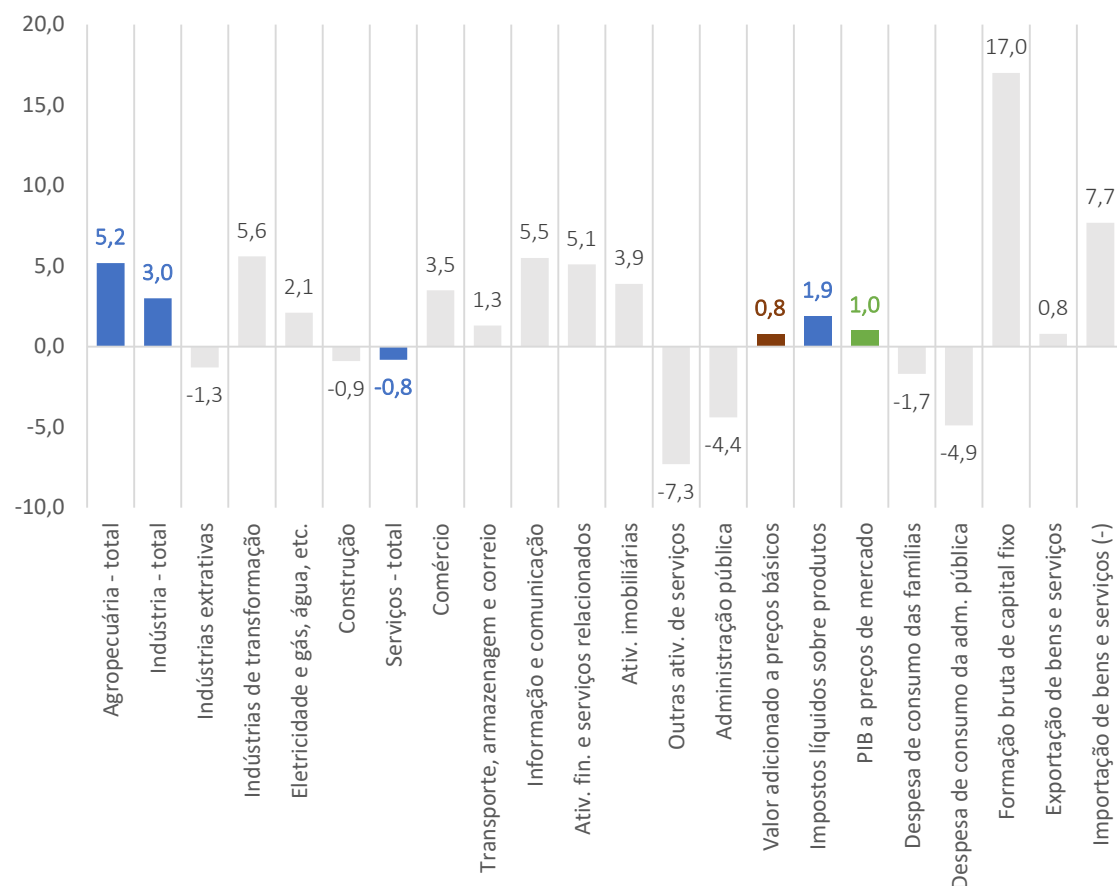
¹ Relatório de mercado Focus de 28 de maio de 2021.

2. Nível de atividade

Resultado do 1º trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foi calculado em R\$ 2,048 trilhões no primeiro trimestre de 2021, registrando um crescimento de 1,0% na variação contra o mesmo período do ano anterior (Gráfico 1). O resultado interrompeu a trajetória de queda nessa base de comparação e mostra um aumento da atividade produtiva nacional mesmo com a suspensão do pagamento do auxílio emergencial², ajuda financeira que estimulava o consumo da população brasileira.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – Variação do trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior (%) – 1º trimestre de 2021 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O bom desempenho foi estimulado pelo crescimento verificado na Agropecuária (+5,2%) e na Indústria (+3,0%) em relação ao mesmo trimestre de 2020, de acordo com os dados do Gráfico 1. O comportamento das atividades primárias foi influenciado pela alta na produção e na produtividade de produtos como soja, fumo e arroz, que tem safra relevante no primeiro trimestre.

² O auxílio emergencial teve o pagamento de suas parcelas interrompido em dezembro de 2020, tendo retomado a transferência monetária apenas em abril de 2021. Assim, o primeiro trimestre foi marcado pela ausência desse benefício.

Já as atividades industriais foram estimuladas pela expansão na Indústria da Transformação (+5,6%), em função do aumento da fabricação de máquinas e equipamentos, produtos de metal, produtos de minerais não-metálicos e metalurgia, e da melhora no segmento de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,1%), refletindo o próprio avanço da atividade produtiva nacional. No entanto, nem todos segmentos industriais apresentaram alta. As Indústrias Extrativas recuaram 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior por causa da queda na extração de petróleo e gás e, em parte, compensada pelo crescimento na produção de minérios ferrosos, e a Construção (-0,9%) teve redução do número de pessoas ocupadas nessa atividade.

O setor de Serviços foi o único a apresentar contração no período. Contribuiu para esse resultado a redução das Outras atividades de serviços (-7,3%), influenciada pelo declínio de serviços presenciais segundo informações dadas pelo IBGE, e a da Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-4,4%). Os demais segmentos tiveram altas, mas com intensidade insuficiente para contrapor as quedas mencionadas.

Pelo lado da despesa, destacou-se a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), cujo avanço de 17,0% no primeiro trimestre de 2021 se deveu ao aumento da produção interna de máquinas e equipamentos, pelos impactos do Repetro³ e pelo crescimento do desenvolvimento de softwares. Em compensação, o Consumo das famílias (-1,7%)⁴ e da Administração Pública (-4,9%) sofreram quedas. No setor externo, as Importações de produtos químicos, máquinas e aparelhos elétricos, produtos farmoquímicos e produtos de metal sustentaram um crescimento de 7,7%, enquanto as Exportações (+0,8%) se beneficiaram da extração de minerais metálicos, produtos alimentícios e veículos automotores.

Resultado acumulado em quatro trimestres

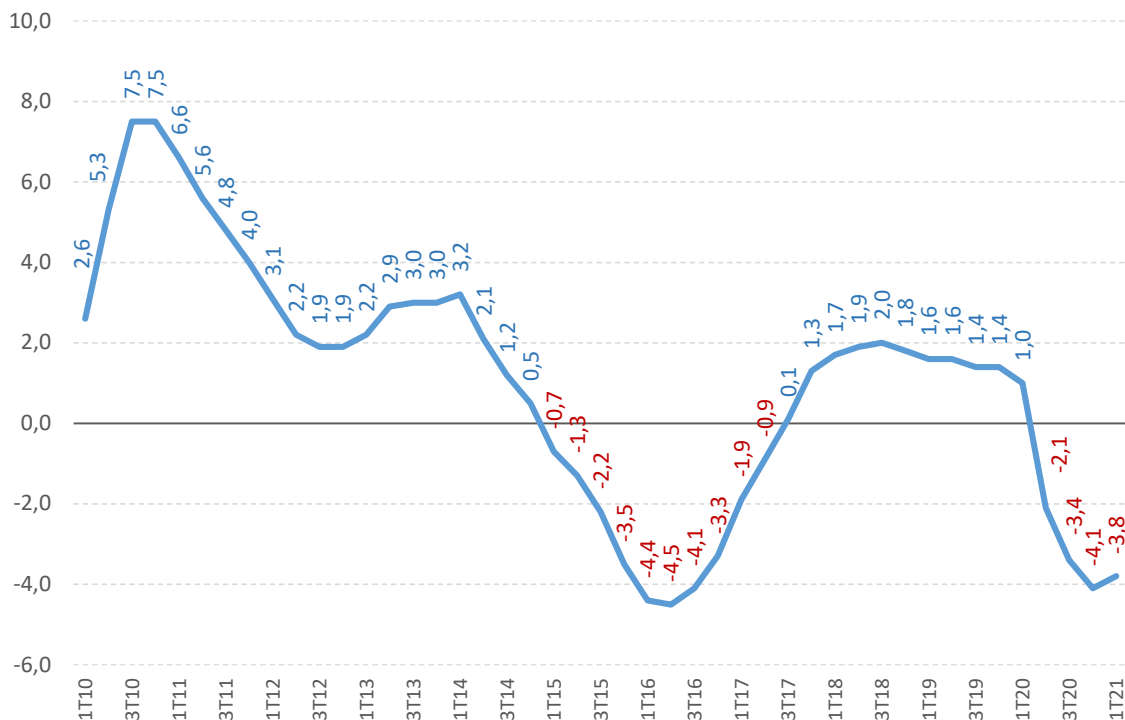
A economia brasileira continua sob a influência das medidas restritivas impostas para combater a disseminação do novo coronavírus que enfraquecem o nível de atividade produtiva não apenas no país, mas também no mundo. Contudo, o relaxamento das medidas de isolamento social e o progresso das campanhas de vacinação, têm melhorado os indicadores econômicos. Diante desse cenário, o resultado acumulado em quatro trimestres finalizados no primeiro trimestre de 2021 mostra uma redução das perdas para -3,8%⁵.

³ O Repetro é um regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens que se destina às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural

⁴ Esse resultado ainda pode ser explicado pelo aumento da inflação e reflexos da pandemia que afetaram negativamente o mercado de trabalho, reduzindo o número de ocupações e a massa salarial real.

⁵ Esse percentual representa um acréscimo de 0,3 ponto percentual em relação aos -4,1% verificados no trimestre anterior.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 1º trimestre de 2010 a 1º trimestre de 2021 – Brasil



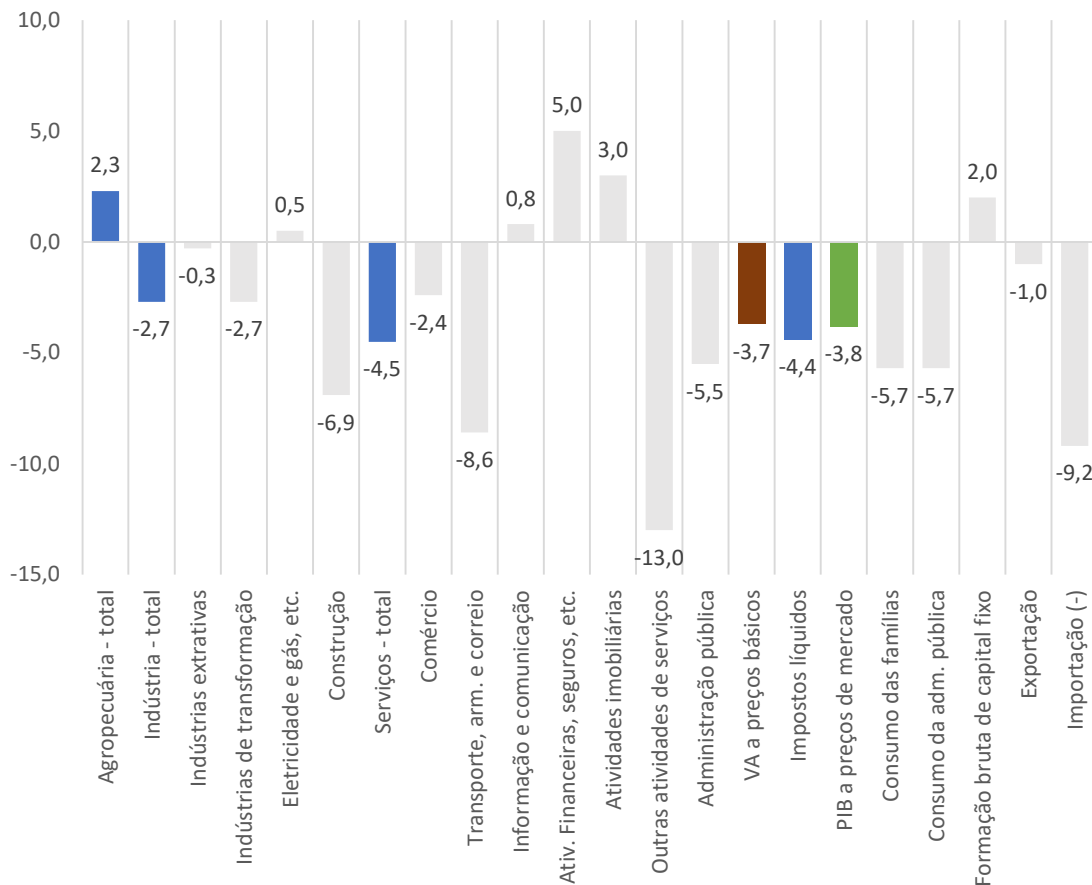
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A melhor performance foi constatada no setor Agropecuário, único a apresentar crescimento no período analisado. A variação positiva de 2,3% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores denota, principalmente, o bom desempenho da lavoura de grãos brasileira e os ganhos de produtividade na safra nacional (Gráfico 3).

A Indústria observou recuo de 2,7% no acumulado em quatro trimestres. Dentre as atividades do setor, a Construção destacou-se por apresentar a maior contração no período analisado (-6,9%), enquanto o segmento de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos obteve uma variação positiva de 0,5%.

Os Serviços recuaram 4,5% nessa base de comparação. Contribuiu para o resultado do setor a diminuição percebida pelo segmento de Transporte, armazenagem e correios (-8,6%), que reflete, em parte, o menor número de deslocamentos efetuados no período. O desempenho do Comércio (-2,4%) reforçou a queda do setor e os das atividades de Atividades Financeiras (+5,0%), Atividades Imobiliárias (+3,0%) e de Informação e Comunicação (0,8%) atuaram para atenuar a magnitude da variação negativa.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 1º trimestre de 2021 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Considerando a forma como os indivíduos estão alocando suas riquezas nos últimos quatro trimestres⁶, verifica-se que tanto o Consumo das famílias, quanto o da Administração Pública apresentaram um decréscimo de 5,7% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Como esses componentes representam mais da metade do PIB brasileiro⁷, é possível afirmar que a recuperação econômica está associada com a retomada do crescimento do consumo que, por sua vez, pode melhorar conforme o mercado de trabalho absorva uma maior quantidade dos desempregados.

A queda das Importações (-9,2%) também refletem, entre outros fatores, a diminuição do poder de compra da população brasileira e a contração do nível de atividade econômica nacional. Esse resultado contribui para melhorar o saldo da balança comercial, enquanto a queda das Exportações (-1,0%) age no sentido contrário.

⁶ Análise conhecida como ótica da despesa.

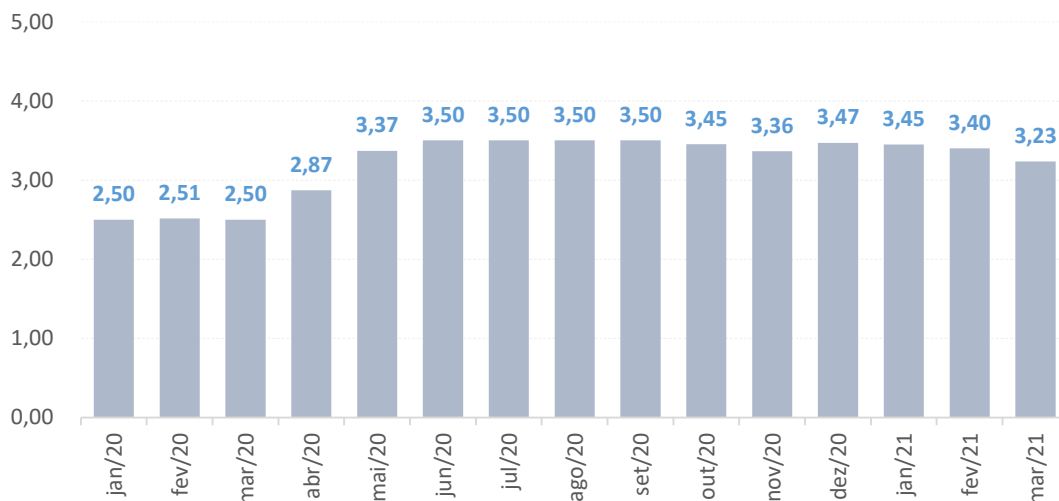
⁷ De acordo com o IBGE, apenas o consumo das famílias representa 60% do PIB nacional.

Em contrapartida, a FBCF registrou alta de 2,0% no acumulado em quatro trimestres. Esse crescimento pode estar relacionado, majoritariamente, a baixa taxa Selic em vigor no período. Apesar do recente início do ciclo de elevação da taxa básica de juros começado em meados de março de 2021 pelo Comitê de Política Monetária (Copom)⁸, na maior parte do período analisado, vigorou uma taxa de 2,0% ao ano (a.a.). O baixo custo de contratação de crédito facilitou a realização de empréstimos para investimentos e expansão da capacidade produtiva, contribuindo para o resultado observado.

Ressalte-se que o aumento do capital produtivo no país tem potencial para conferir maior dinamismo à economia brasileira, impulsionando o seu crescimento e acelerando o ritmo de recuperação do mercado, processo que tem seus primeiros indícios no primeiro trimestre de 2021.

As perspectivas do mercado são de que a trajetória de recuperação se mantenha ao longo do ano, acelerando o ritmo de crescimento no segundo trimestre. Assim, o Banco Central aponta, na mediana de suas projeções, que o PIB brasileiro alcance uma variação positiva superior à 3,0% conforme apresentado no Gráfico 4. Importante mencionar que, se esse resultado se confirmar, é preciso avaliá-lo com cautela, pois a comparação se dará com o ano de 2020, cujo nível de atividade econômica foi bastante prejudicado pela perda de dinamismo produtivo em função da pandemia da Covid-19.

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto – Mediana das expectativas de crescimento do PIB brasileiro em 2021, por mês – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

⁸ Em 17 de março de 2021, o Copom elevou de 2,0% a.a. para 2,75% a.a. a taxa Selic. Em 05 de maio de 2021, promoveu novo aumento, estabelecendo o patamar de 3,50% a.a. e indicando que na próxima reunião, marcada para 15 e 16 de junho, deve acrescentar mais 0,75 p.p. à taxa.

3. Mercado de trabalho

O número de pessoas ocupadas no Brasil apresentou variação de -7,1% entre o primeiro trimestre de 2020 e primeiro trimestre de 2021, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de divulgação trimestral (PNADCT). Diante desse cenário e de uma taxa de participação de 56,8%, a taxa de desemprego brasileira subiu de 2,5 pontos percentuais⁹, chegando a 14,7% no primeiro trimestre de 2021, maior nível desde o início da série histórica¹⁰.

Considerando somente os postos de trabalho formal, é possível verificar uma aceleração da criação de vagas. Entre janeiro e março de 2021, as admissões superaram os desligamentos em mais de 836 mil vínculos no país, o que representa um acréscimo de 1.147,5% em relação ao saldo do primeiro trimestre de 2020 de acordo com as informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). O setor de Serviços foi o principal responsável pelo bom resultado observado no período ao criar mais de 436 mil vagas com carteira assinada. Em seguida, aparecem a Indústria (+339 mil vagas) e Agropecuária (+60 mil vagas). Dessa forma, evidencia-se que, apesar da taxa de desemprego recorde, o mercado de trabalho formal mantém sua trajetória de crescimento, elevando o grau de proteção social do emprego no país.

4. Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o nível de preços do país aumentou 2,04%, entre janeiro e março de 2021. A inflação esteve disseminada entre a cesta de consumo, uma vez que oito dos nove grupos pesquisados apresentaram variações positivas. A maior contribuição para esse comportamento veio do grupo de *Transporte* (+1,31 p.p.) em função do aumento do preço da Gasolina no período. Com variação mais amena que nos trimestres anteriores, o grupo de *Alimentação e bebidas* registrou alta de 0,30% no primeiro trimestre de 2021, enquanto Comunicação foi a única categoria a verificar deflação no período. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)¹¹ ficou em 1,95%, pouco abaixo do IPCA do período.

No entanto, no acumulado em 12 meses findos no primeiro trimestre de 2021, tanto o IPCA (+6,10%) quanto o INPC (+6,94%) ultrapassaram o limite superior da meta estipulada pelo Banco Central para 2021 (+5,25%), estimulando uma resposta da política monetária brasileira a fim de reverter esse processo.

⁹ No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego foi de 12,2%.

¹⁰ A série histórica do IBGE inicia-se no primeiro trimestre de 2012.

¹¹ O INPC analisa o comportamento dos preços para famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, enquanto o IPCA captura a inflação para uma gama mais ampla de famílias, avaliando aquelas com renda de um a 40 salários mínimos.

5. Política fiscal e monetária

O Resultado Primário do Governo Central passou de déficit de R\$ 2,85 bilhões no primeiro trimestre de 2020 para superávit de R\$ 24,44 bilhões no mesmo período de 2021. O resultado se deve a uma combinação de crescimento real das receitas auferidas (+7,6%) e de uma redução nas despesas totais (-0,4%) do setor público. Isso ocorreu mesmo diante do aumento dos gastos associados às medidas de combate ao Covid-19 informados pelo Tesouro Nacional, com destaque para: i) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 3,47 bilhões) e ii) Aquisição de Vacinas (R\$ 3,46 bilhões). Entre abril de 2020 e março de 2021, no entanto, verifica-se um déficit de R\$ 715,81 bilhões.

Em termos de política monetária, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) decidiu iniciar um ciclo de elevação da taxa básica de juros, a Selic, a fim de desestimular a inflação nacional, trazendo-a, paulatinamente para o centro da meta estabelecida para 2021 (3,75%). Assim, em meados de março, a Selic foi estabelecida em 2,75% a.a., como mencionado anteriormente. A decisão levou em consideração que a recuperação da economia brasileira tem apresentado resultados melhores que os esperados pelo mercado e a melhora do cenário externo¹². Esse movimento, no entanto, deve desestimular a contratação de crédito e, conseqüentemente, a demanda interna do país.

¹² A melhora do cenário externo se deve à manutenção dos estímulos monetários e do avanço das campanhas de vacinação em países europeus e nos Estados Unidos.

Seção II

Atividade Econômica do Distrito Federal

1. Sumário

A economia do Distrito Federal se manteve estável no 1º trimestre de 2021, variando +0,1% em relação ao mesmo trimestre de 2020, de acordo com os dados do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal - Idecon-DF. O resultado aponta paridade com o nível de atividade econômica no último trimestre antes do início da pandemia na capital federal. O desempenho do Distrito Federal foi puxado pelo crescimento da *Indústria*, que variou +1,3% no trimestre. Já o setor de *Serviços* apresentou estabilidade (variação de +0,1%) na mesma base de comparação, enquanto a *Agropecuária* recuou 1,3%.

No acumulado entre abril de 2020 e março de 2021 – o primeiro indicador a capturar quatro trimestres integralmente afetados pela pandemia – a capital federal apresenta variação negativa de -1,0%, a maior variação negativa da série histórica do indicador, influenciada pela retração de 1,1% na Indústria e de 1,0% nos Serviços. A Agropecuária foi o único setor a apresentar crescimento no período, com expansão de 1,7%. Ainda assim, o resultado foi superior ao observado no cenário nacional, onde a variação foi de -3,8% no acumulado em quatro trimestres.

O ritmo lento da economia local espelha-se nas análises setoriais divulgadas pelo IBGE. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) detalha como a pandemia influenciou o comportamento do comércio varejista ampliado do DF, apontando uma redução de -6,5% no acumulado em 12 meses, apesar da alta observada no comércio de *Móveis e Eletrodomésticos* (+46,7%) e de *Material de construção* (+13,5%).

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), por sua vez, sinaliza uma contração de 12,3% no mesmo período. A performance negativa foi alavancada pelos Serviços prestados às famílias (-45,1%) e pelo segmento de Transportes (-23,7%), que tiveram tanto a sua oferta quanto a sua demanda prejudicadas pelas medidas de combate a Covid-19 e seu reflexo sobre o poder de compra da população.

Por fim, os indicadores auxiliares, que demonstram a relação do mercado distrital com o sistema financeiro e o exterior, indicam uma recuperação do rendimento real dos indivíduos e uma maior captação de crédito pelas pessoas físicas e jurídicas. Isso representa um aumento dos recursos disponíveis para consumo e investimentos. Já em termos de trocas internacionais, houve uma melhora do saldo da balança comercial da região, parcialmente influenciada pelo aumento das exportações distritais.

Cabe mencionar que o período compreendido entre os meses de janeiro e março foi marcado por um aumento no número de casos locais no Distrito Federal e no Brasil, levando a intensificações pontuais nas medidas de combate ao novo coronavírus. Assim, os efeitos da pandemia sobre a renda das famílias e sua demanda por bens não-essenciais ainda não se dissiparam plenamente, devendo ser sentidos ao longo do ano e sendo gradualmente mitigados conforme as campanhas de vacinação avançam.

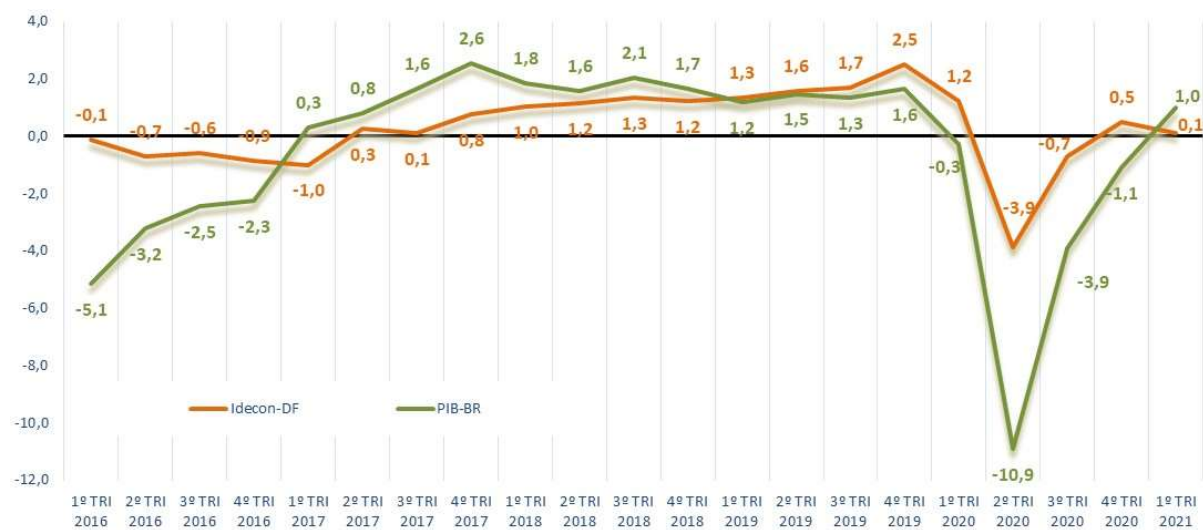
2. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon-DF

Resultado do 1º trimestre

O Distrito Federal apresentou estabilidade de desempenho econômico nos primeiros meses de 2021, registrando uma variação de +0,1% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. Apesar de tímido, é importante destacar que o valor representa um retorno aos níveis produtivos pré-pandêmicos do início de 2020.

As medidas restritivas às atividades comerciais do Distrito Federal adotadas para combater a disseminação do novo coronavírus na região, que haviam sido gradualmente relaxadas ao longo de 2020, tiveram momentos de intensificação no primeiro trimestre de 2021. Dessa forma, o resultado observado no trimestre ainda é inferior ao obtido pelo Produto Interno Bruto (PIB) do país que, de acordo com o IBGE, foi de +1,0% na mesma base de comparação. A evolução da taxa trimestral dos dois indicadores é apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Nível de atividade econômica: PIB-Brasil e Idecon-DF – Trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 1T2016 a 1T2021

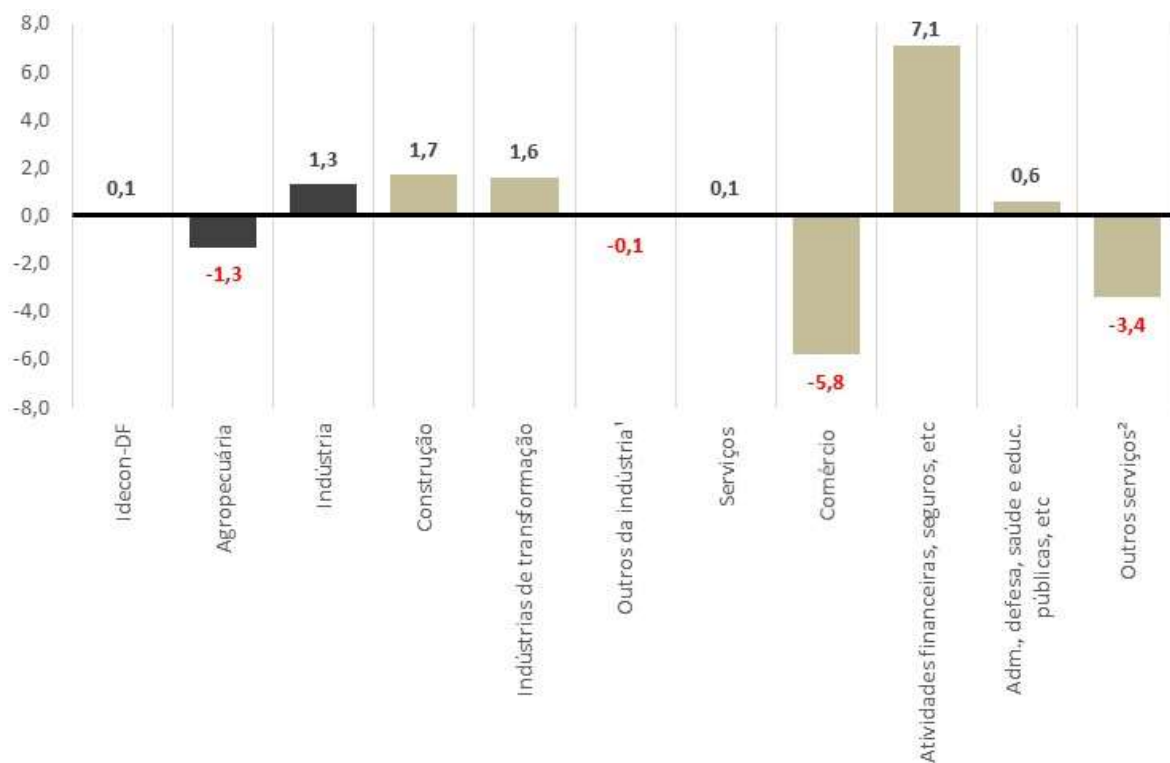


Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Mesmo com o funcionamento generalizado das atividades econômicas locais, apesar de ainda sujeita a limitações de horas de funcionamento e ocupação, a pandemia afetou de forma diferente os setores produtivos da economia. Setores essenciais permaneceram operando de forma mais constante, enquanto outros, como bares e restaurantes, ainda enfrentam obstáculos para recuperar a confiança dos consumidores em frequentar seus estabelecimentos.

Entre os grandes setores, a *Agropecuária*, responsável pela produção de bens tão importantes como são os alimentos, foi o único a apresentar contração na comparação com o primeiro trimestre de 2020, apontando variação de -1,3%. Esse resultado é parcialmente explicado pela supersafra observada em 2020 e reforçado pela queda de 18,0% na produção de feijão. O resultado, no entanto, não teve forte influência sobre o indicador geral da região devido ao fato de esse setor não possuir grande representatividade na estrutura produtiva do Distrito Federal, colaborando com 0,5% da economia local.

Gráfico 2 – Idecon-DF: Variação Trimestral (%) por Segmentos de Atividade Econômica – Distrito Federal – Trimestre em relação ao mesmo trimestre no ano anterior – 1T2021



¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

² Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A *Indústria*, por sua vez, apresentou crescimento de 1,3% em relação ao primeiro trimestre de 2020. A maior contribuição veio da categoria de *Construção* (+1,7%), que apresentou seu terceiro trimestre consecutivo de expansão. O segmento merece destaque pelo fato de ser intensivo em mão de obra. Isso significa que o avanço percebido nesse indicador pode refletir positivamente sobre o mercado de trabalho local e representar um aumento no número de ocupados nessa atividade. As *Indústrias de transformação* também registraram crescimento (+1,6%) na comparação.

A categoria de *Outros da indústria* foi a única a permanecer perto da estabilidade, com variação de -0,1% em relação ao início de 2020. Com a retomada mais consistente das atividades econômicas locais, o consumo de eletricidade e água pelos estabelecimentos comerciais e industriais do DF tende a gradualmente retornar aos patamares observados nos anos anteriores, influenciando positivamente a performance desse segmento.

O último setor a ser analisado, o de *Serviços*, representa 95,3% da economia do Distrito Federal e, portanto, é o de maior peso na determinação do dinamismo produtivo da região. Esse grupo econômico se manteve estável em comparação ao primeiro trimestre de 2020, explicando o resultado tímido do Idecon-DF no período. As atividades terciárias¹³ da capital federal entre janeiro e março de 2021 apresentaram variação de +0,1% em comparação ao nível verificado em igual período de 2020. Ainda assim, é importante destacar que um resultado de estabilidade não deixa de ser alentador, uma vez que ele aponta uma paridade no setor de serviços entre o início de 2021 e o início de 2020, que trouxe apenas os indícios iniciais dos efeitos da pandemia no Distrito Federal.

O resultado desse setor reflete, principalmente, o crescimento de 7,1% das *Atividades financeiras, de seguros e de serviços relacionados* na comparação. Isso pode estar associado à manutenção das taxas de juros e de inadimplência em patamares excepcionalmente baixos no período, o que pode estimular as transações financeiras e as contratações de crédito. Houve também uma leve expansão (+0,6%) da *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* no início de 2021.

Por outro lado, percebe-se uma contração de 5,8% nas atividades de *Comércio*. Esse resultado pode ser parcialmente explicado pela sensibilidade às medidas de combate à pandemia, uma vez que a comparação é feita com o primeiro trimestre de 2020, período no qual os estabelecimentos comerciais estavam operando normalmente. Por fim, os *Outros serviços* mostram uma redução de 3,4%.

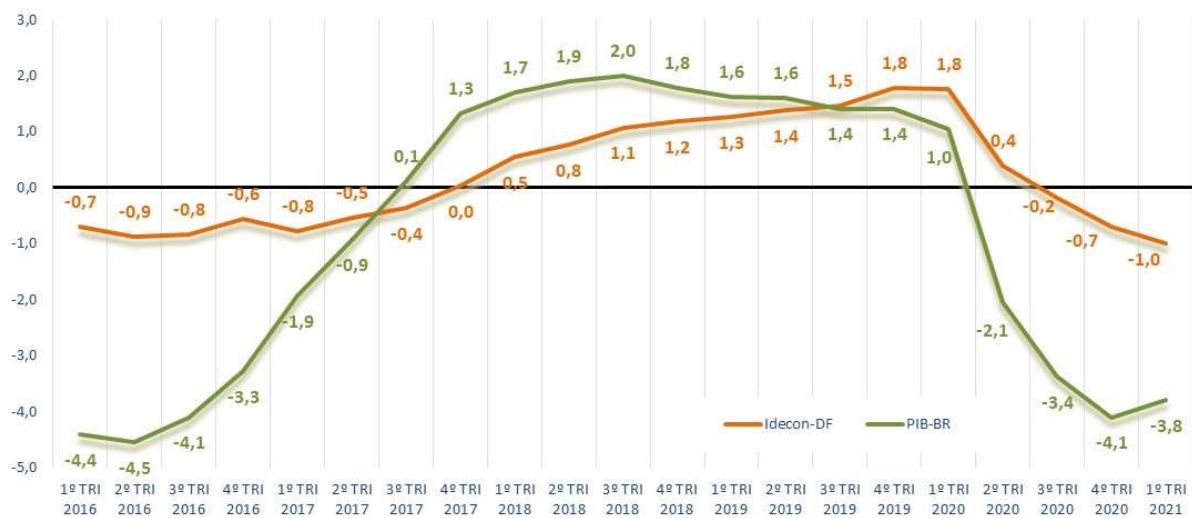
Acumulado em quatro trimestres

O Idecon-DF apresentou uma contração de 1,0% em suas atividades econômicas no período entre abril de 2020 e março de 2021. É a maior contração acumulada em quatro trimestres desde o início da série histórica do indicador, em 2012, bem como seu terceiro resultado negativo consecutivo, como mostrado no Gráfico 3.

¹³ Setor terciário (também conhecido como setor de serviços) é aquele que engloba as atividades de serviços e comércio de produtos.

Ainda assim, o resultado é esperado, dado que esse indicador passou no primeiro trimestre de 2021 a ser composto apenas pelos meses marcados pela pandemia no Distrito Federal, não tendo mais seu resultado mitigado por resultados anteriores, mais positivos. Dessa forma, esse indicador pode ser visto como uma medida do efeito de um ano completo de pandemia no Distrito Federal e no Brasil, cujo resultado de -3,8% foi significativamente mais negativo do que o observado na capital federal.

Gráfico 3 – Nível de atividade econômica: PIB-Brasil e Idecon-DF – Taxa acumulada em quatro trimestres contra igual período do ano anterior – 1T2016 a 1T2021



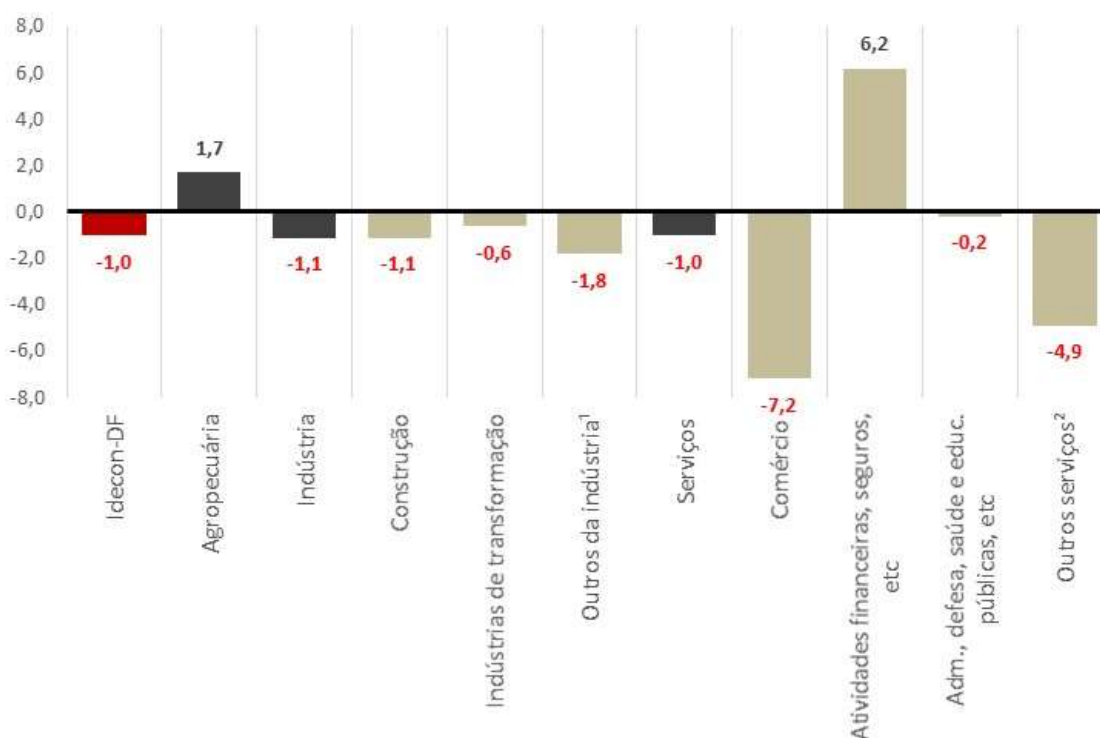
Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A análise mais detalhada por setor produtivo, com base nos percentuais apresentados no Gráfico 4, revela que a *Agropecuária* do Distrito Federal foi o único setor a apresentar crescimento em quatro trimestres de pandemia. Esse resultado pode ser explicado pela natureza essencial do setor, bem como pela supersafra observada em 2020 e pela elevada taxa de câmbio, que favorece a exportação desses bens. As atividades primárias perceberam um aumento de 1,7% na taxa acumulada em quatro trimestres. O resultado foi sustentado por altas de 8,8% na safra de soja, 56,4% na de sorgo e 1,4% na de milho.

Os demais setores, porém, apresentaram variações negativas no ano. A *Indústria* apresentou contração de 1,1% na taxa acumulada em quatro trimestres com quedas em todos seus segmentos. Entre eles, destaca-se a *Construção*, que apresentou queda de 1,1% no primeiro trimestre de 2021, isso porque os resultados positivos entre julho de 2020 e março de 2021 não foram capazes de reverter a variação de -12,5% observada entre abril e junho de 2020. Já a *Indústria da transformação* variou -0,6%, enquanto o segmento de *Outros da indústria* retraiu-se em 1,8%.

Por fim, o setor de *Serviços* apontou contração de -1,0% na comparação. O *Comércio* foi o principal destaque negativo do setor, caindo 7,2%, a maior retração desde o início de 2017. Esse resultado ilustra mais uma vez o quanto o segmento foi atingido pelas medidas de combate ao novo coronavírus. Os *Outros serviços* (-4,9%) e a *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (-0,2%) também apontaram resultado negativo. Apenas as *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (+6,2%) registraram crescimento entre abril de 2020 e março de 2021, segurando uma queda maior do setor como um todo. Novamente, esse crescimento está associado aos saldos de crédito elevados no Distrito Federal.

Gráfico 4 – Idecon-DF: Variação acumulada em quatro trimestres (%) por segmentos de atividade econômica – Distrito Federal – Variação do período ante mesmo período do ano anterior – 1T2021



¹ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

² Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O panorama descrito pelo Idecon-DF evidencia que a pandemia do novo coronavírus teve importante papel na desaceleração do ritmo de atividade da economia, mesmo após a reabertura, embora ainda restrita, dos estabelecimentos comerciais da região, afetando em especial os segmentos dedicados ao fornecimento de bens e serviços considerados não essenciais para a população.

Em contrapartida, a *Agropecuária*, dedicada exclusivamente à produção de alimentos, experimentou alta, em parte impulsionada por uma supersafra em 2020. Os percentuais negativos observados na atividade econômica ao longo de quatro trimestres de pandemia, no entanto, eram esperados pelos agentes econômicos, dada a relevância do impacto da crise de saúde sobre a economia local, nacional e até internacional. De fato, os efeitos da pandemia continuam a ser sentidos nos primeiros meses de 2021, com intensificações pontuais nas restrições de operação de estabelecimentos comerciais conforme uma segunda onda de casos é percebida no cenário distrital e nacional.

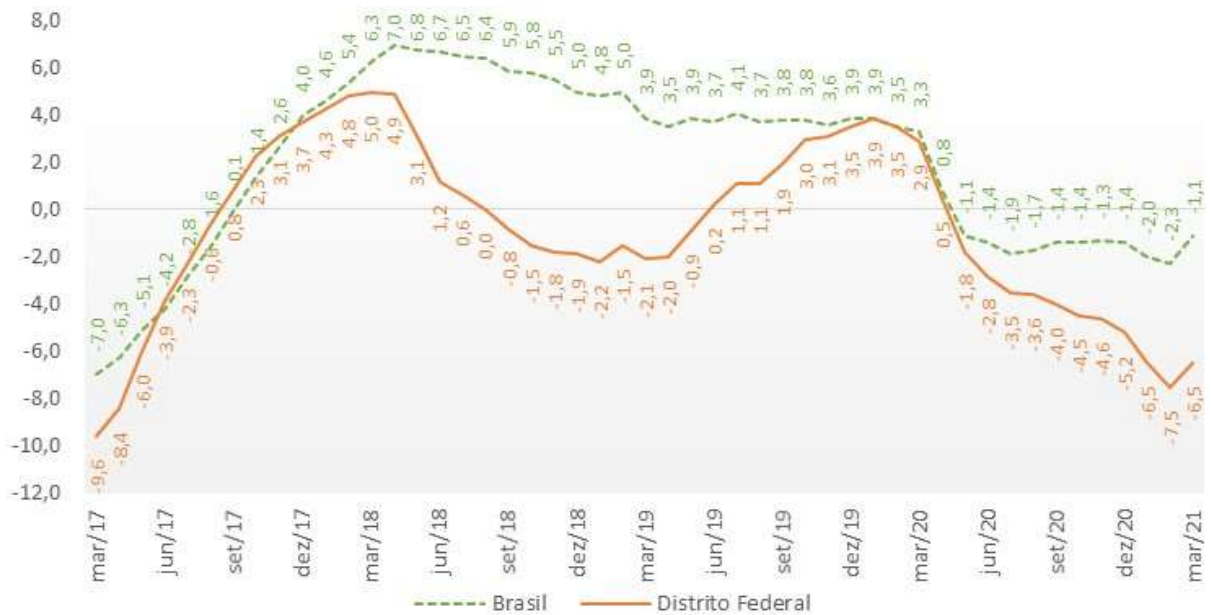
Para auxiliar o entendimento dos resultados no trimestre, analisa-se, em seguida, indicadores conjunturais sobre o comércio e o setor de serviços não financeiros, bem como de parâmetros auxiliares de crédito e comércio exterior.

3. Comércio

O Distrito Federal fechou o primeiro trimestre de 2021 com uma retração acumulada em 12 meses de 6,50% em seu volume de vendas no comércio varejista ampliado. O resultado, que captura o período entre abril de 2020 e março de 2021, ilustra a extensão das dificuldades enfrentadas pelo segmento em meio à pandemia do novo coronavírus, apresentando seu pior resultado para um primeiro trimestre desde 2017. Isso reflete não apenas a redução das vendas pelo fechamento de lojas e estabelecimentos, mas também a perda do poder de compra da população diante do período prolongado de alta taxa de desemprego na região. O percentual, divulgado pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, é menor que a média nacional (-1,1%) para o primeiro trimestre de 2021.

Como mostrado no Gráfico 5, a variação do comércio do Distrito Federal acumulada em 12 meses apresentou consecutivas retrações a partir de abril de 2020, conforme os meses de 2019 foram saindo do indicador e sendo substituídos pelos de 2020 afetados pela pandemia. No cenário nacional, a retração foi menos intensa, se mantendo próximo do patamar de -1,5% ao longo de 2020 antes de cair em janeiro e fevereiro de 2021 e se recuperar em março, encerrando o trimestre em -1,1%. Assim, a contração percebida pelo Distrito Federal nas atividades classificadas como comércio varejista ampliado entre abril de 2020 e março de 2021 contra igual período do ano anterior ficou 5,4 p.p. abaixo da observada a nível nacional.

Gráfico 5 - Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado - (%) - Brasil e Distrito Federal - março de 2017 a março de 2021

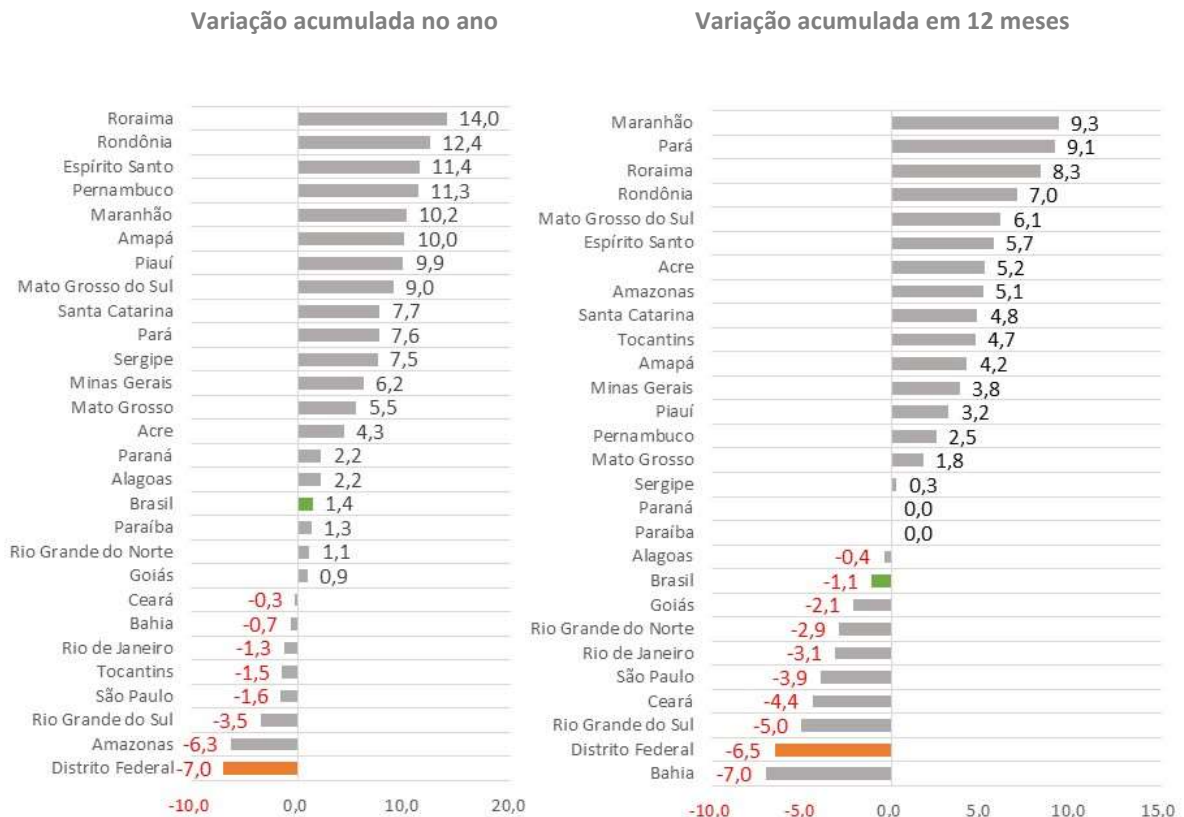


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Uma possível explicação para esse comportamento é que as medidas de restrição foram adotadas em momentos e intensidades distintos pelas unidades da Federação (UFs), de forma que houve uma compensação entre o desempenho do comércio nos estados com suspensão das atividades comerciais e aqueles que ainda não haviam adotado ações dessa natureza ou que já haviam iniciado seu processo de liberalização. Outra razão é o desempenho no ano de alguns estados de importante participação na economia nacional, como São Paulo (-3,9%) ou Minas Gerais (+3,8%), ambos com resultados melhores que o observado na capital federal.

Quando analisados os primeiros três meses de 2021, o Distrito Federal foi a primeira UF com a maior variação negativa em seu volume de vendas no comércio varejista ampliado, apresentando contração de 7,0% no indicador. O resultado nacional foi de +1,4%. Já no resultado acumulado em 12 meses, a capital federal ficou na penúltima colocação, acima da Bahia (-7,0%).

Gráfico 6 – PMC: Volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Brasil e Unidades Federativas – março de 2021



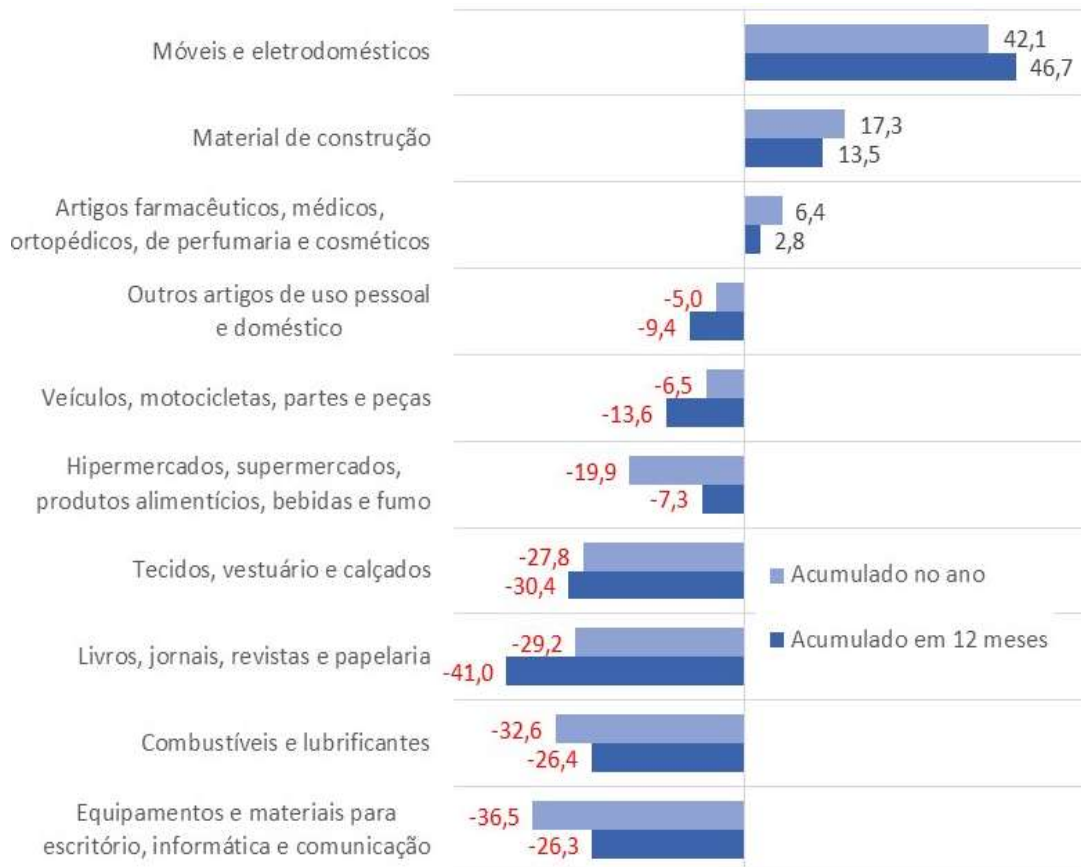
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Quando os segmentos são analisados separadamente, é possível perceber que alguns fogem do desempenho insatisfatório do comércio agregado. Afinal, as medidas e restrições adotadas no combate ao novo coronavírus não foram iguais para os diferentes tipos de comércio, impactando mais duramente aqueles com alto potencial de gerar aglomerações e menos aqueles que comercializam produtos essenciais ou possuem um atendimento mais individualizado. Além disso, os regimes de teletrabalho e o isolamento social adotados por parte da população fizeram com que as pessoas ficassem mais em casa e, conseqüentemente, se preocupassem em tornar seu confinamento mais confortável.

Isso fica claro observando o Gráfico 7, onde *Móveis e eletrodomésticos* e *Material de construção* – insumo para reformas e pequenos consertos – apresentaram crescimentos acumulados no seu volume de comércio de 42,1% e 17,3%, respectivamente, nos primeiros três meses de 2021. Os *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, dada sua natureza essencial, também mantiveram variações positivas no trimestre, apresentando crescimento de 6,4%.

Esses resultados são semelhantes aos observados para a variação acumulada em 12 meses, que ecoou em todos os setores o mesmo comportamento para todos os segmentos. Assim, tanto no período de abril de 2020 a março de 2021 quando no primeiro trimestre desse ano, três dos dez segmentos acompanhados pelo IBGE apontaram expansão em seu volume de vendas. Em contrapartida, os sete demais segmentos tiveram perdas em ambos os indicadores.

Gráfico 7 – Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado, por segmentos – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Distrito Federal – 1º trimestre de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O destaque negativo do primeiro trimestre do ano é o segmento de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, que registraram uma contração de 36,5% em parte estimulada pela diminuição do uso desses itens. Os *Combustíveis e lubrificantes* também apontaram uma retração intensa, de 32,6%, em seu volume transacionado no primeiro trimestre. Tal resultado pode estar associado às sucessivas altas de preço observada nesse segmento e ao isolamento social, que reduziu os deslocamentos dos indivíduos.

Livros, jornais, revistas e papelaria (-29,2%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-27,8%) completam os três segmentos com maiores retrações no trimestre. Por fim, merecem menção os *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*. Esses itens são em sua maioria essenciais e

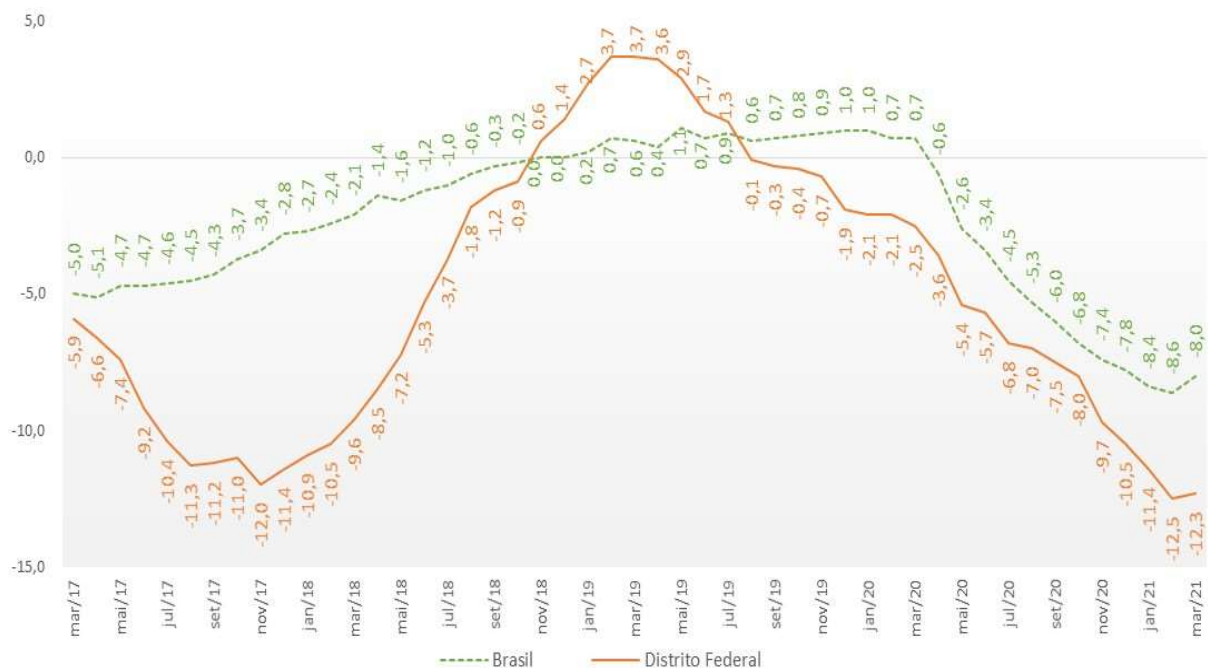
havam se mantido estáveis ao longo de 2020 (variação de -0,7%). No início de 2021, porém, o segmento apresentou uma contração de 19,9% em seu volume de vendas. Essa foi sua segunda maior contração para um primeiro trimestre na série histórica da pesquisa, iniciada em 2001, atrás apenas dos primeiros meses de 2017 (quando foi de -21,9%).

4. Serviços

O volume de serviços oferecidos na capital do país, em queda desde o início de 2019, teve seus resultados negativos agravados pela pandemia. As restrições impostas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e o isolamento social levaram o segmento de serviços a acumular uma queda de -12,3% entre abril de 2020 e março de 2021, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), também divulgada pelo IBGE (Gráfico 8). Semelhantemente à PMC, houve uma trajetória de retração do indicador em janeiro e fevereiro, seguidos de uma leve recuperação em março que não foi, porém, suficiente para reverter o resultado do trimestre. Assim, volume de serviços acumulado em 12 meses da capital federal recuou 1,8 p.p. em relação ao observado no final de 2020, quando o indicador havia apontando contração de 10,5%.

Ainda de acordo com o Gráfico 8, é possível perceber que o nível de atividade dos serviços no Distrito Federal encontra-se abaixo do comportamento médio do país, retratado pelo volume de serviços calculado para o Brasil (-8,0%), e que essa situação não é recente, mantendo-se desde meados de 2019.

Gráfico 8 – Variação acumulada em 12 meses do volume de serviços – (%) – Brasil e Distrito Federal – março de 2017 a março de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Vale mencionar que a contração do volume de serviços foi generalizada no Brasil. Como observado no Gráfico 9, no indicador acumulado em 12 meses, apenas quatro UFs (Mato Grosso, Amazonas, Pará e Mato Grosso do Sul) apresentaram crescimento no seu volume de serviços – e mesmo assim, a maior variação observada foi de apenas +2,2%. As demais 23 UFs apontaram retração no indicador, com a média brasileira sendo de -8,0% e o resultado da capital federal ocupando o posto de 9ª maior contração (variação de -12,3%).

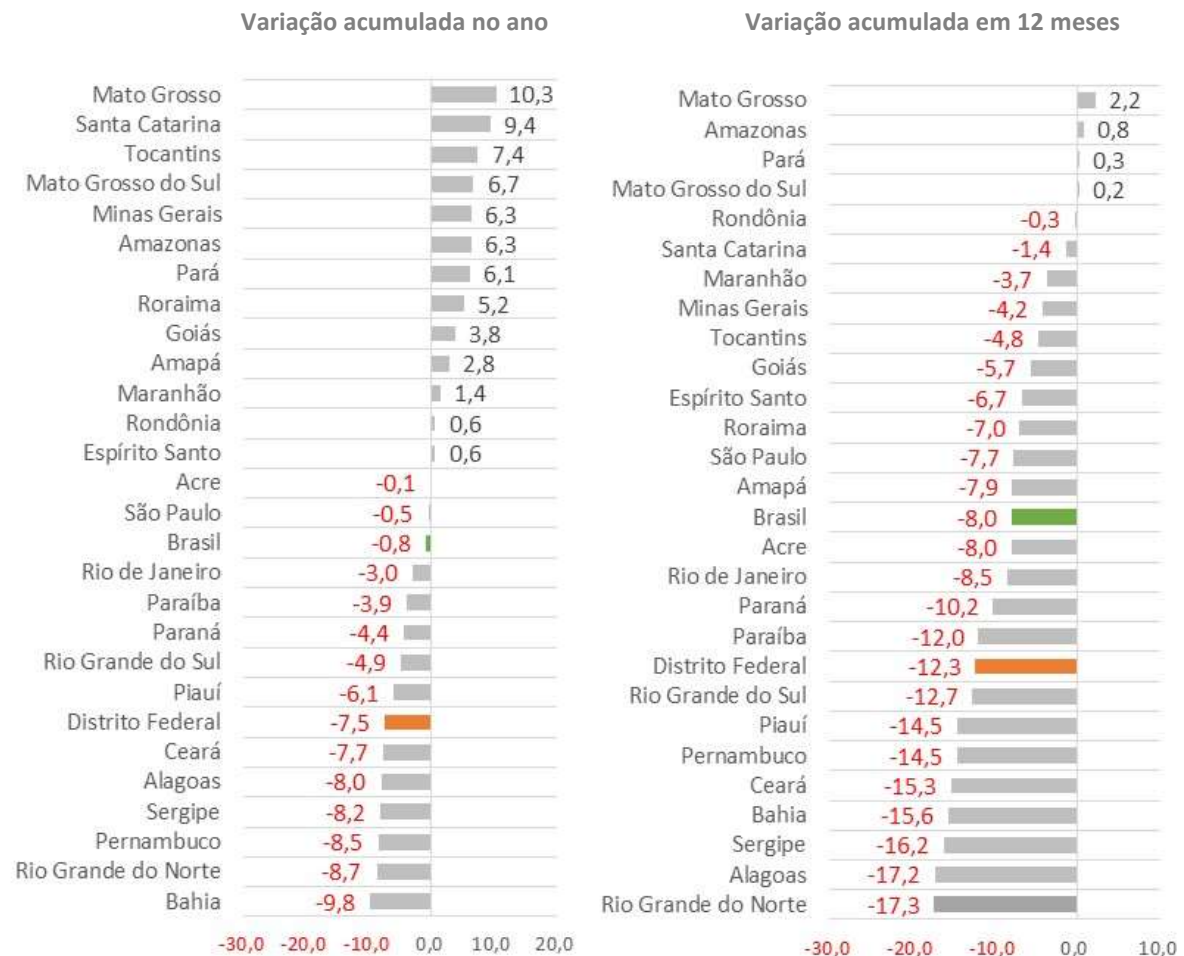
No resultado apenas do primeiro trimestre de 2021, a situação é ainda menos favorável ao Distrito Federal, que apresenta a 7ª maior contração entre as unidades federativas brasileiras. Seu resultado no indicador foi de -7,5%, abaixo dos -0,8% observados no Brasil como um todo. Nos primeiros três meses de 2021, 13 UFs apontaram crescimento em seus serviços e 14, retração.

Para uma análise mais detalhada dos motivadores dessa significativa queda no volume de serviços na capital federal, é preciso avaliar o impacto sobre cada grupo de serviço prestado no mercado local. No Gráfico 10, é possível perceber que apenas uma das cinco categorias monitoradas apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2021 em relação ao primeiro trimestre de 2020 e que os *Serviços prestados às famílias*, os *Outros serviços* e os *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* foram decisivos para o baixo desempenho do setor de serviços na região.

Os *Serviços prestados às famílias*, especificamente, obtiveram o pior resultado para um primeiro trimestre desde o início da série disponibilizada pelo IBGE em 2012, com retração de 36,9% (Gráfico 10). Essa categoria avalia a procura por serviços de alojamento (hotéis, albergues, pousadas), de alimentação (self-services, restaurantes, pizzarias, food trucks, buffets, etc.), e por serviços mais gerais como academias, teatros, eventos culturais e esportivos, casas de cultura, entre outros. Justamente pelas características intrínsecas às atividades desempenhadas, esse grupo de serviços foi impedido de manter a sua rotina normal, tendo tido seu fechamento decretado entre os dias 28 de fevereiro e 29 de março e sua capacidade de atendimento regulada e reduzida mesmo fora desse período a fim de minimizar a continuidade da disseminação da Covid-19.

Os *Outros serviços*, que apresentaram uma contração de 18,3% no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, se destacaram por apresentar a segunda maior queda no trimestre após terem sido o único segmento a não apontar variação negativa em 2020. Já os *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio*, com retração de 6,0% nos primeiros meses de 2021, refletem, em parte, a permanência maior das pessoas em suas casas em relação ao início do ano anterior. Seja pela instituição do regime de teletrabalho, pelo respeito ao isolamento social, pela menor circulação entre cidades, estados e países ou simplesmente pela falta de confiança em frequentar estabelecimentos comerciais e locais públicos, houve uma brusca redução das necessidades de deslocamento, impactando a demanda pelo serviço de transporte e, conseqüentemente, afetando toda a cadeia envolvida. Por fim, os *Serviços de informação e comunicação* se mantiveram relativamente estáveis no primeiro trimestre de 2021 face ao primeiro trimestre de 2020 (variação de -0,2%).

Gráfico 9 – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Brasil e Unidades Federativas – março de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Gráfico 10 – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Segmentos de Serviços – Distrito Federal – março de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A única categoria que sustentou um resultado positivo no início de 2021 foi a de *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, que avançou 3,2% no indicador. Esse grupo, porém, reúne atividades bastante distintas e, dada a impossibilidade de um maior detalhamento, não é possível fazer uma inferência sobre o que motivou essa alta. Ainda assim, destaca-se que seu resultado ainda é negativo quando analisado o período entre abril de 2020 e março de 2021.

Finalmente, é factível afirmar que a pandemia continua a ser o principal fator conjuntural que está influenciando o comportamento da demanda do Distrito Federal por serviços. Os novos avanços nos números de casos nos primeiros meses de 2021 levaram a um reforço das medidas de combate à propagação do vírus, refletindo-se nos resultados das pesquisas setoriais do IBGE. A gradual expansão da campanha de vacinação da capital federal e o consequente retorno da confiança da população em frequentar estabelecimentos comerciais, bem como a recuperação do rendimento das famílias, podem levar a uma melhora dos indicadores de comércio e serviços para a região nos próximos trimestres.

5. Indicadores auxiliares

A atividade econômica sofre grande influência do nível de consumo da economia¹⁴. Nesse sentido, a manutenção da taxa Selic, a taxa básica de juros brasileira, em 2,00% ao longo que quase todo o primeiro trimestre de 2021¹⁵ se apresenta como uma importante medida de auxílio federal. Com isso, o Banco Central conseguiu reduzir o custo de contratação de crédito seja para pessoas físicas, colaborando para amenizar a perda da receita das famílias, ou para pessoas jurídicas, que podem utilizá-lo para realizar investimentos e financiamentos de capital de giro para manter as empresas funcionando e, assim, facilitar também o processo de recuperação econômica local e nacional.

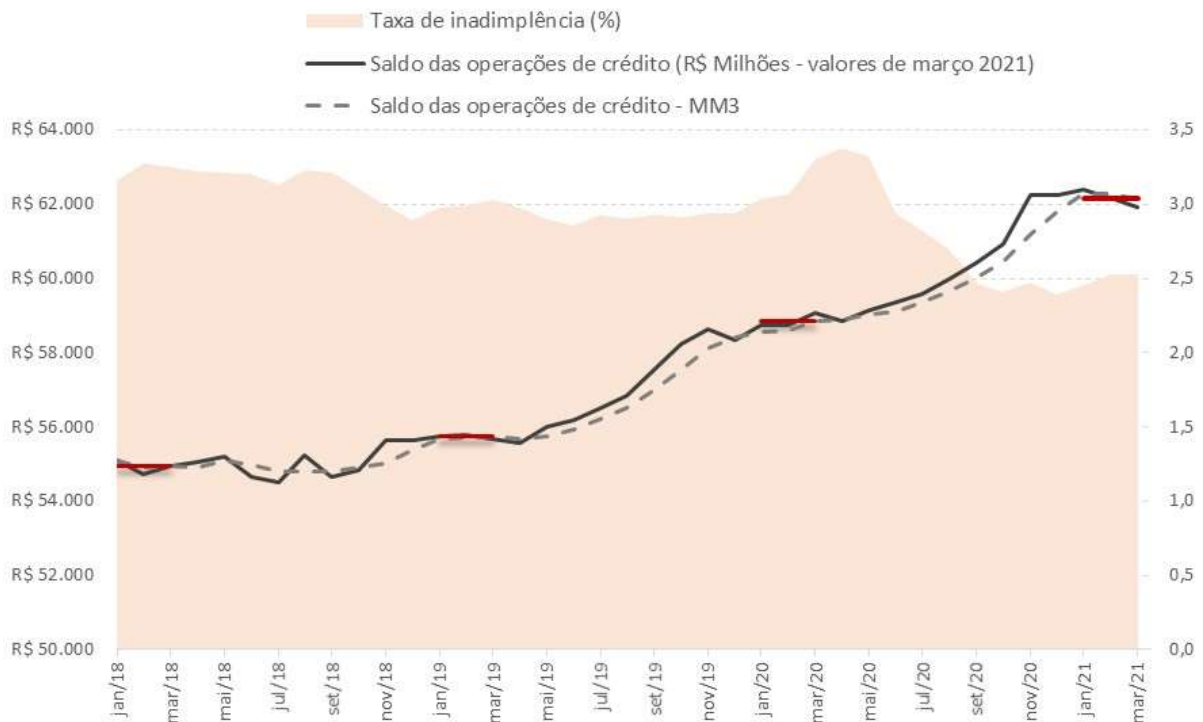
No tocante aos indivíduos, é possível acompanhar a evolução do saldo de crédito concedido a pessoas físicas no Distrito Federal em valores reais. Conforme apresentado no Gráfico 11, verifica-se que, no primeiro trimestre de 2021, o saldo médio trimestral de crédito contratado foi de R\$ 62,15 bilhões, o que significa um aumento de 5,6% em relação aos R\$ 58,85 bilhões contratados nos primeiros três meses de 2020. Essa evolução representa um aumento de recursos circulando na economia local e, por isso, pode ser interpretada como uma expansão do potencial de consumo local.

¹⁴ De acordo com o IBGE, o consumo das famílias e do governo representa mais de 60,0% do PIB brasileiro.

¹⁵ Em 18 de março de 2021, o COPOM optou por elevar a taxa SELIC para 2,75% e, novamente em 4 de maio de 2021, aumentou a taxa básica de juros para 3,50%.

A redução da taxa de inadimplência também é um importante indicador da saúde financeira das famílias. O Distrito Federal encerrou o primeiro trimestre de 2021 com uma proporção de pessoas físicas com uma dívida em aberto de 2,53% - a menor taxa de inadimplência local para um primeiro trimestre desde o início da série histórica, em 2004.

Gráfico 11 – Saldo de crédito a pessoas físicas (R\$ valores a preços de março de 2021) e taxa de inadimplência de pessoas físicas (%) – janeiro de 2018 a março de 2021 – Distrito Federal

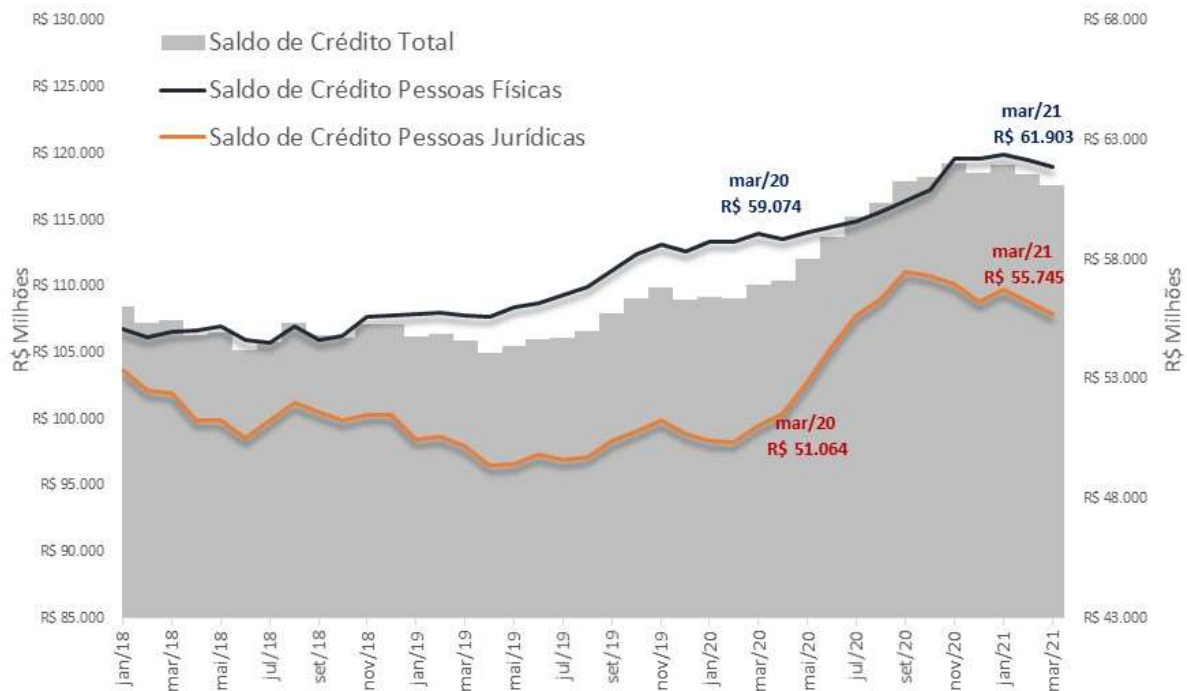


Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Em relação às pessoas jurídicas, a tendência recente de crescimento da captação de crédito pelas empresas, iniciada no começo de 2020, se reverteu no último trimestre do ano e manteve sua trajetória de queda nos primeiros meses de 2021. O saldo concedido às pessoas jurídicas foi de R\$ 55,75 bilhões em março, apresentando uma queda real de 0,9% em relação aos R\$ 56,25 bilhões contratados em dezembro do ano anterior. Em relação a março de 2020, porém, o resultado ainda é de crescimento de 9,2% (Gráfico 12).

A expansão das operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas no primeiro trimestre de 2021 (em relação ao mesmo período de 2020) representa uma ação que busca minimizar os efeitos do atual ciclo econômico, que possui um viés de desaceleração do nível de atividade econômica. Como mencionado anteriormente, com mais dinheiro em circulação no mercado local, o nível de consumo das famílias e das empresas consegue se sustentar parcialmente, o que estimula a economia da região.

Gráfico 12 – Saldo das operações de crédito (R\$ valores a preços de março de 2021) – pessoas físicas e pessoas jurídicas – janeiro de 2018 a março de 2021 – Distrito Federal

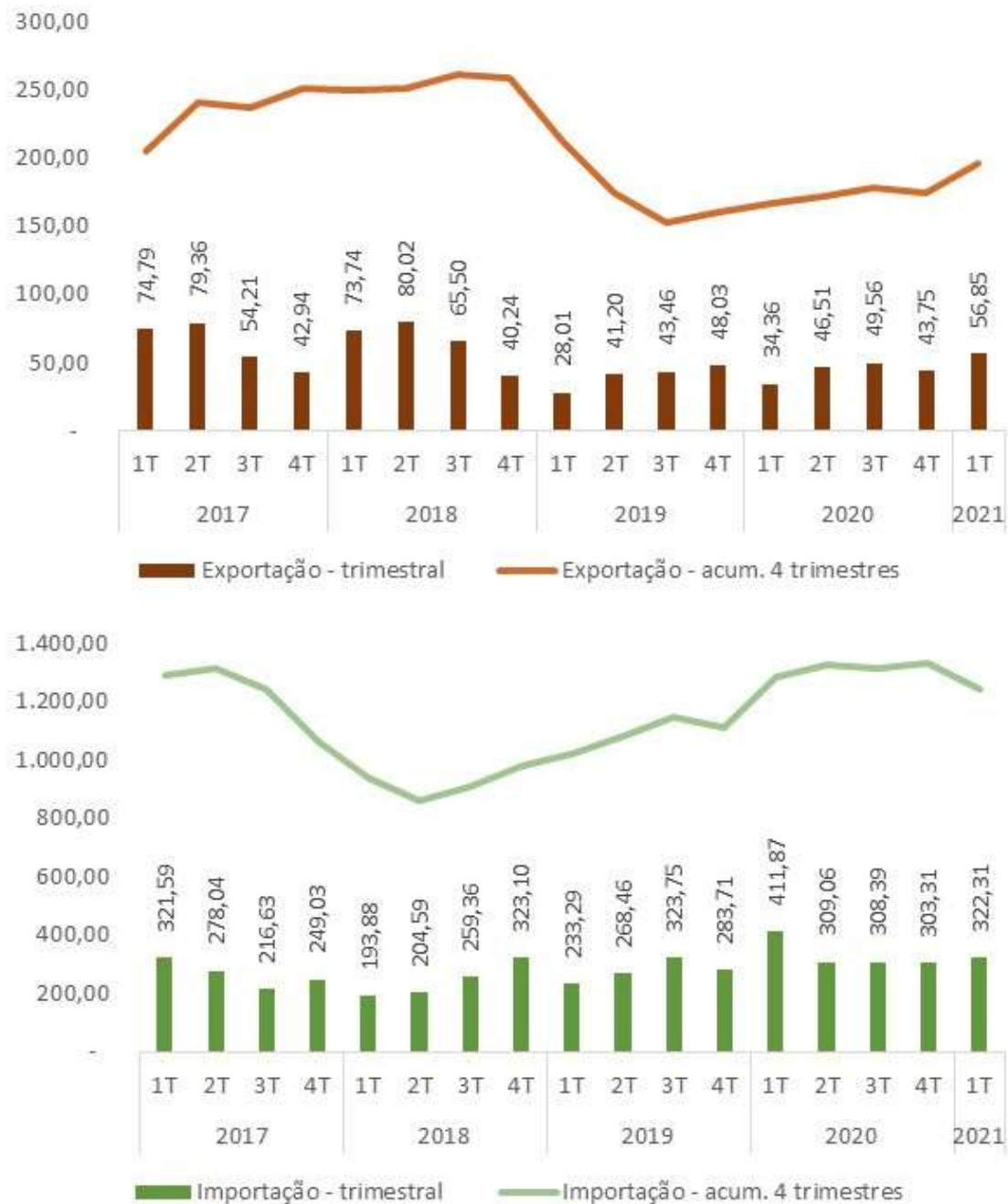


Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Outro termômetro do nível de atividade local é o volume de trocas entre a economia do Distrito Federal e a de outros países, onde as exportações complementam as informações sobre a produção local e as importações são indicativos adicionais sobre o nível de consumo do mercado da região. Os números agregados do comércio exterior para o DF estão apresentados no Gráfico 13.

No que se refere às importações, verificou-se um aumento no valor adquirido em produtos de origem estrangeira entre o primeiro trimestre de 2021 e o trimestre anterior, com variação de +6,3%. Em relação ao primeiro trimestre de 2020, porém, houve contração de 21,7%. O valor total importado entre janeiro e março de 2021 foi de US\$ 322,31 milhões. Para entender a importância desse valor frente às exportações locais (US\$ 56,85 milhões), é necessário examinar a composição da pauta da importação do Distrito Federal.

Gráfico 13 – Comércio exterior: Evolução do valor de exportações e importações – Distrito Federal – 1T2017 a 1T21 – US\$ milhões FOB

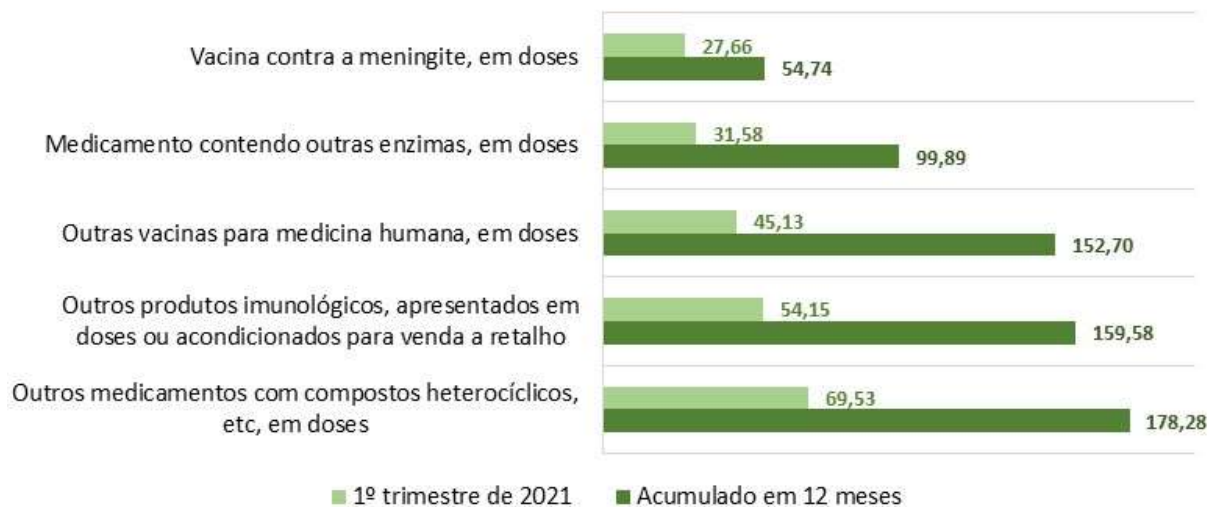


Fonte: Comex-Stat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

De acordo com o Gráfico 14, os cinco principais produtos adquiridos do mercado externo, que corresponderam à 70,8% de todo o valor importado no primeiro trimestre de 2021, foram vacinas e medicamentos. A aquisição de fármacos pelo governo federal é concentrada e registrada no DF, mesmo que eles sejam destinados ao abastecimento de outros estados. Por isso, o valor de importação

é tão elevado. Além disso, na atual conjuntura de pandemia, esses produtos tiveram a sua demanda estimulada pela necessidade de aquisição de medicamentos e equipamentos necessários para responder à pandemia e tratar as pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

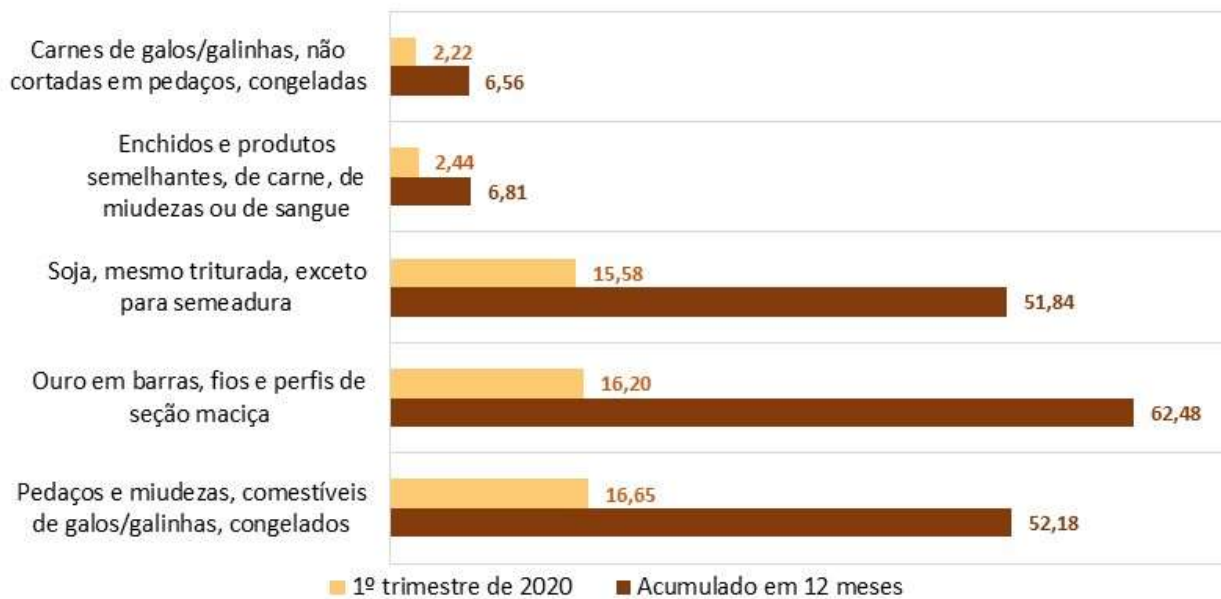
Gráfico 14 – Comércio exterior: Importações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 1º trimestre de 2021 e acumulado em 12 meses – US\$ milhões FOB



Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Já as exportações do primeiro trimestre de 2021 cresceram 29,9% ante o resultado dos últimos três meses de 2020 e 65,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte desse resultado é devido à desvalorização do Real frente ao Dólar, que gera um cenário vantajoso para os produtos nacionais comercializados. Essas altas refletem, principalmente, a comercialização dos cinco produtos que concentram 93,4% do valor total transacionado no trimestre e que estão discriminados no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Comércio exterior: Exportações – Principais posições do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 1º trimestre de 2021 e acumulado em 12 meses – US\$ milhões FOB



Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A variação trimestral é explicada principalmente pelas exportações de *Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira*, que haviam sido bastante tímidas no final de 2020. Dessa forma, esse produto movimentou um valor 6,5 vezes maior no primeiro trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior (R\$ 13,19 milhões adicionais), muito em função do ciclo de produção do grão. Somado ao bom resultado dos *Pedaços e miudezas de galinha*, que cresceram 35,3% na comparação (R\$ 4,34 milhões adicionais), o resultado das exportações no trimestre foi positivo mesmo com uma retração de 14,2% nas vendas de *Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça* (R\$ 2,68 milhões a menos).

Seção III

Análise de Preços

1. Sumário

A inflação do Distrito Federal, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 2,69% no primeiro trimestre de 2021. O resultado pode ser atribuído, em parte, ao comportamento dos preços da *Gasolina*, produto que foi o principal vetor inflacionário do período e que acumula aumento de 28,96% no trimestre. Mesmo descontando esse resultado pontual, porém, a inflação esteve bastante disseminada na cesta de consumo local, de forma que o índice de difusão foi de 61,8% nos primeiros três meses de 2021.

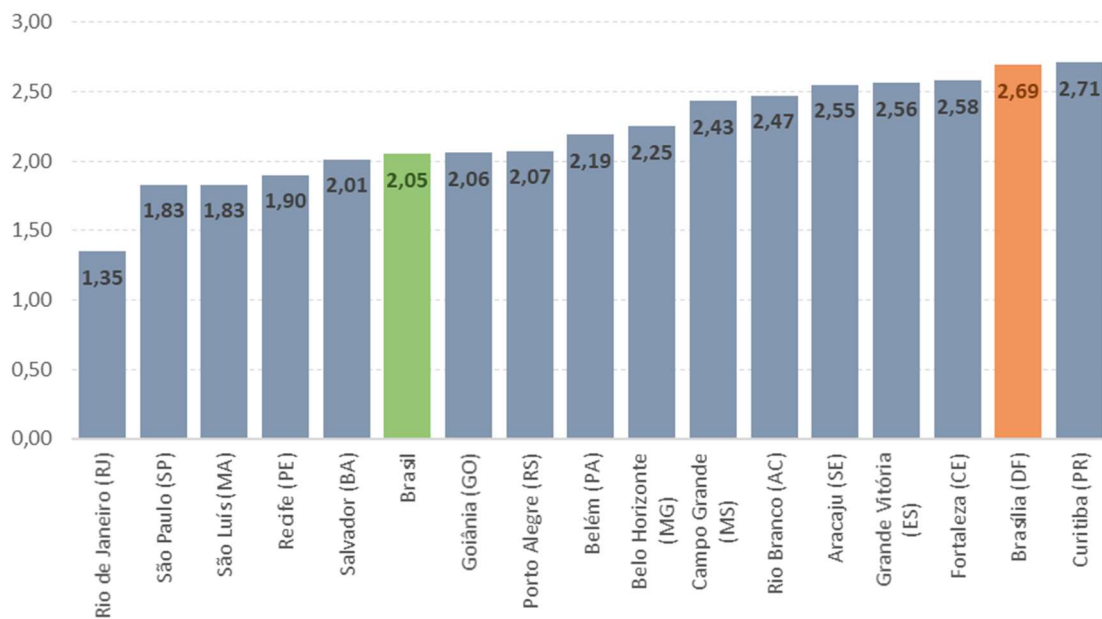
O INPC fechou o trimestre em 2,70%, percentual equivalente ao captado pelo IPCA e o mais elevado dentre as regiões pesquisadas no período analisado. Isso mostra que as famílias de mais baixa renda estão enfrentando uma alta de preços mais intensa que a maior parte da população brasiliense.

Já a análise por quartil de renda aponta que os indivíduos pertencentes às famílias da faixa de renda mais baixa vivenciaram uma inflação menor no período, fruto da composição da inflação no trimestre. Ainda assim, o resultado trimestral de +1,84% é elevado e implica em uma real contração da capacidade de consumo dessa parcela da população.

2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

O nível de preços praticados no Distrito Federal cresceu 2,69% no primeiro trimestre de 2021, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O valor foi próximo ao observado no trimestre anterior, quando havia sido de +2,51%. Esse resultado coloca o Distrito Federal como a segunda maior inflação do trimestre entre as regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atrás apenas de Curitiba (PR), onde foi de +2,71% (Gráfico 1). A média nacional foi de +2,05%. O comportamento do IPCA distrital no início de 2021 foi, em grande parte, reflexo do aumento de preço dos *Combustíveis (veículos)* e, em especial da *Gasolina*, por causa dos preços internacionais do petróleo e da taxa de câmbio do período, bem como dos efeitos de médio prazo da pandemia no cenário nacional

Gráfico 1 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 1º trimestre de 2021 - %



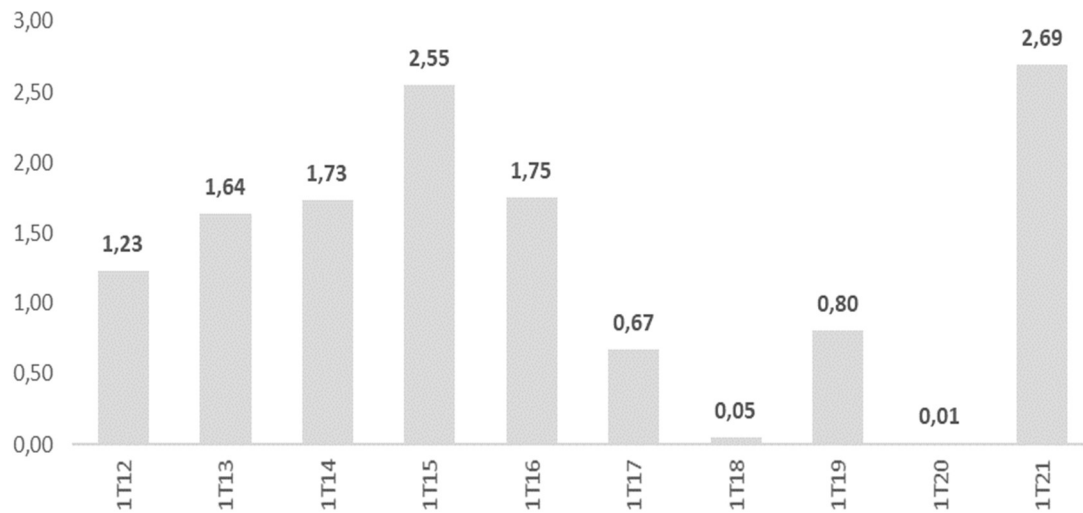
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

2.1. Resultado do trimestre

Em uma perspectiva de longo prazo, é possível observar que o aumento dos preços registrado no primeiro trimestre do ano no Distrito Federal foi o mais alto para o período nos últimos dez anos, superando a variação de +2,55% observada no início de 2015 (Gráfico 2).

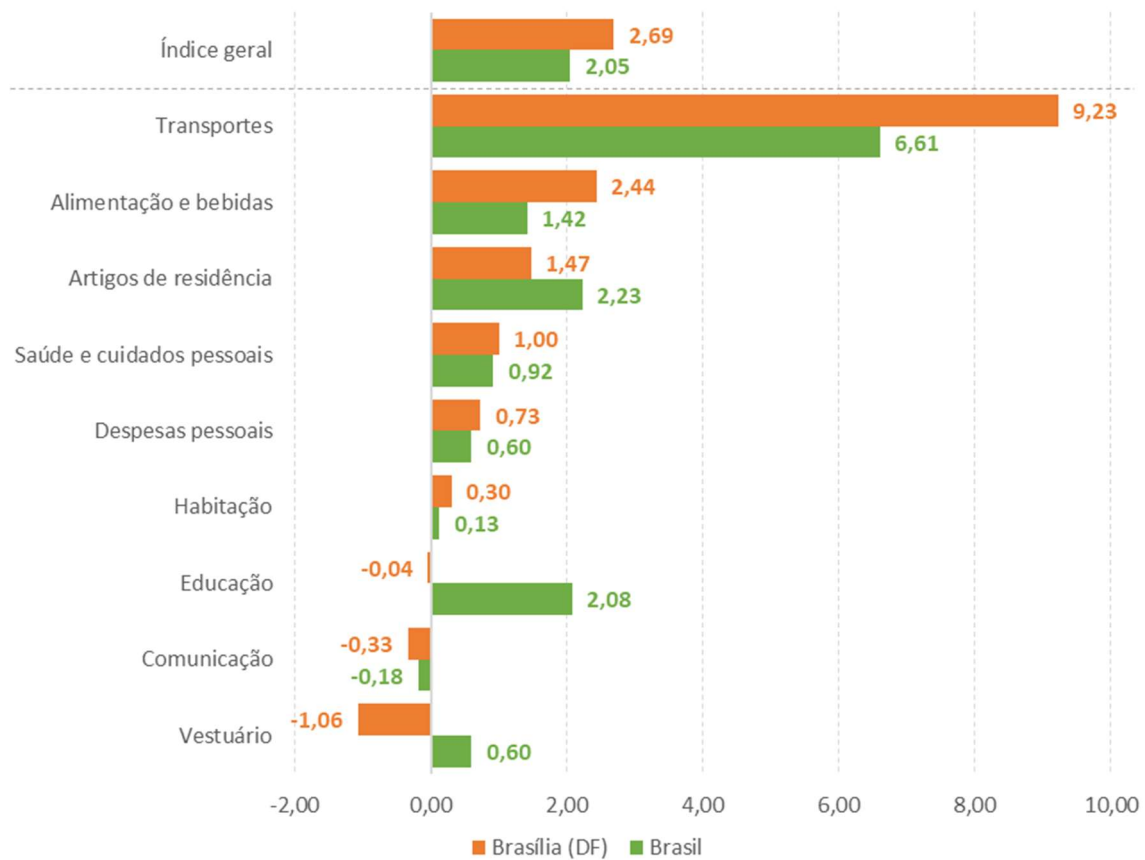
Seis dos nove grupos de bens e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram aumento no período (Gráfico 3). As variações positivas, porém, foram muito mais intensas do que as negativas, especialmente a observada nos *Transportes* (+9,23%), principal responsável pelo resultado do trimestre. De fato, a expansão dos preços do grupo no período mais do que dobrou em relação ao último trimestre de 2020, quando havia sido de +4,17%. Já os grupos de *Alimentação e bebidas* (+2,44%) e de *Artigos de residência* (1,47%) também apresentaram altas importantes no início de 2021, porém inferiores ao observado no trimestre anterior (+5,27% e +3,17%, respectivamente), ilustrando o elevado grau de concentração inflacionária observada entre janeiro e março de 2021.

Gráfico 2 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Distrito Federal – 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2021 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Gráfico 3 – IPCA: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, por grandes grupos – Brasil e Distrito Federal – 1º trimestre de 2021 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Dentro dos *Transportes*, a principal contribuição ao resultado trimestral veio dos *Combustíveis (veículos)*, que sozinhos explicam 2,02 p.p. do resultado geral no período (Tabela 1). A variação de +28,50% do item reflete o comportamento dos preços internacionais do petróleo (22,7%¹⁶) e da taxa de câmbio (9,73%). A *Alimentação fora do domicílio* (+0,14 p.p.) e as *Carnes* (+0,13 p.p.)¹⁷ também apontam crescimento no trimestre, reprisando resultado observado no trimestre anterior., devido. Por fim, destaca-se o aumento de 1,88% nos preços do *Aluguel e taxas* (0,17 p.p.) dado os reajustes nos contratos que acontecem, normalmente, no início do ano, bem como o bom momento do mercado imobiliário e a elevação do IGP-M¹⁸.

Por outro lado, o *Transporte público* (-0,29 p.p.) e a *Energia elétrica residencial* (-0,21 p.p.) seguraram uma inflação maior no período. O primeiro resultado é explicado pela retração trimestral de 26,1% nos preços das *Passagens aéreas*, em parte devido a questões sazonais após a alta da demanda por voos no último trimestre do ano. O segundo se deve à manutenção da bandeira tarifária de energia elétrica em amarelo ao longo de todo o primeiro trimestre do ano, nível de cobrança adicional menor que a observada em dezembro de 2020, quando havia sido vermelho patamar dois.

Tabela 1 – IPCA: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas variações para o índice – Distrito Federal – 1º trimestre de 2021 - % e p.p.

Itens do IPCA	Variação trimestral (%)	Contribuição (p.p.)
Combustíveis (veículos)	28,50	2,02
Veículo próprio	2,49	0,28
Aluguel e taxas	1,88	0,17
Alimentação fora do domicílio	2,19	0,14
Carnes	7,47	0,13
Leites e derivados	-1,55	-0,02
Comunicação	-0,33	-0,02
Roupa feminina	-2,84	-0,04
Energia elétrica residencial	-7,73	-0,21
Transporte público	-8,67	-0,29

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

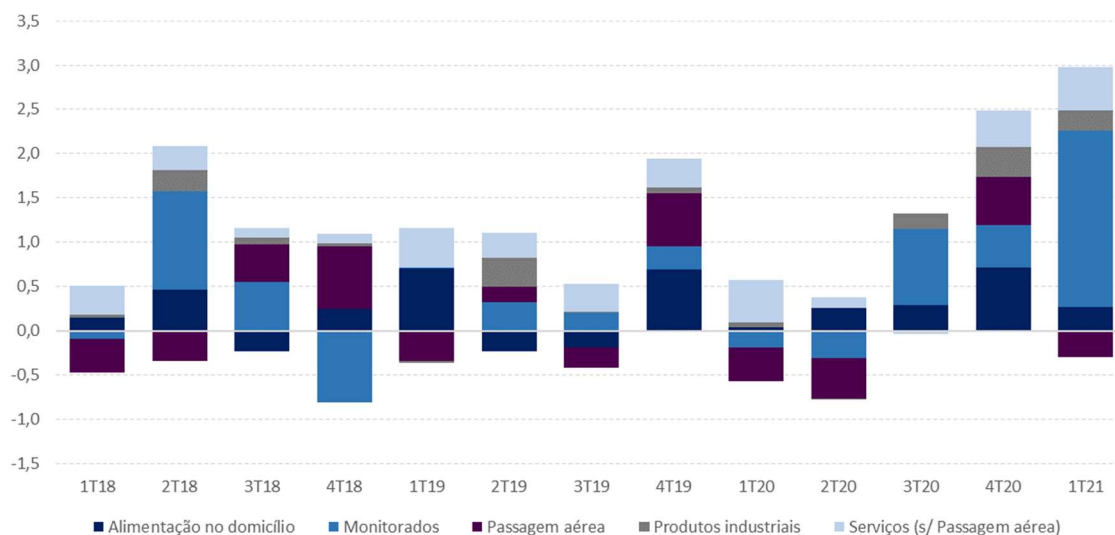
¹⁶ Variação calculada com base no valor médio da última cotação do petróleo Brent.

¹⁷ Em parte, a variação no preço das carnes se deve ao aumento do custo de produção e à menor oferta interna diante do aumento das exportações

¹⁸ O IGP-M, influenciado pela valorização das commodities e pela desvalorização da moeda nacional, acumulou alta de 31,1% em um período de 12 meses findos em março de 2021.

Com base na classificação de produtos utilizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), percebe-se que apenas a *Passagem aérea* teve queda em seus preços no trimestre, com todas as demais categorias apresentando inflação e ratificando a pressão altista do período. A maior pressão adveio do segmento *Monitorados* (+1,99 p.p.), que inclui a *Gasolina* e o *Etanol*, ressaltando novamente a importância dos combustíveis dentro do resultado trimestral. Os itens relacionados à *Alimentação no domicílio*, *Produtos industriais* e *Serviços (sem passagem aérea)* também apresentaram alta, porém bem menos intensa, quando comparado ao quarto trimestre de 2020. Esse comportamento é mostrado no Gráfico 5, que evidencia que a inflação acumulada entre janeiro e março de 2021 poderia ter atingido a marca de 3,00% não fosse a queda nos preços da *Passagem aérea*.

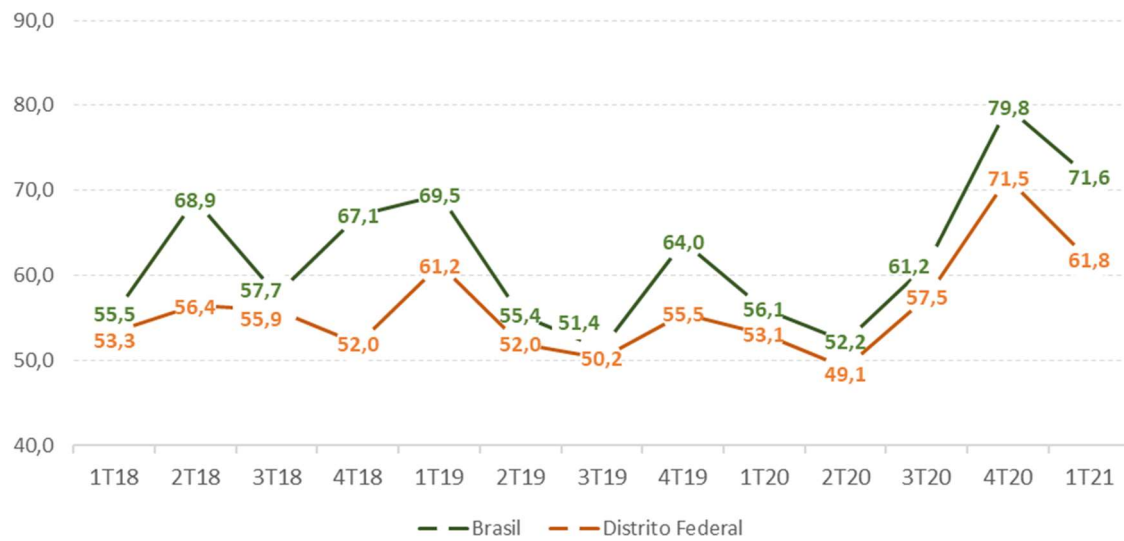
Gráfico 4 – IPCA: Contribuição trimestral por segmentos selecionados de bens e serviços – Brasília (DF) – 1º trimestre de 2018 ao 1º trimestre de 2021 – pontos percentuais (p.p.)



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A concentração da inflação distrital no início de 2021 também pode ser observada por meio do índice de difusão, que mede a quantidade de itens que apresentaram inflação positiva no período em relação ao total da cesta. Esse índice foi de 61,8% no primeiro trimestre do ano no Distrito Federal, condizente com os resultados por grupo e por categoria do Banco Central apresentados anteriormente. O resultado, porém, foi inferior ao apresentado no trimestre anterior (71,5%) e ao observado no cenário nacional (71,6%), sendo que a inflação distrital entre janeiro e março foi superior a ambos. Esse resultado ilustra o elevado grau de concentração inflacionário no período.

Gráfico 5 – IPCA: Índice de difusão da inflação trimestral – Brasil e Brasília (DF) – 1º trimestre de 2018 ao 1º trimestre de 2021 – %

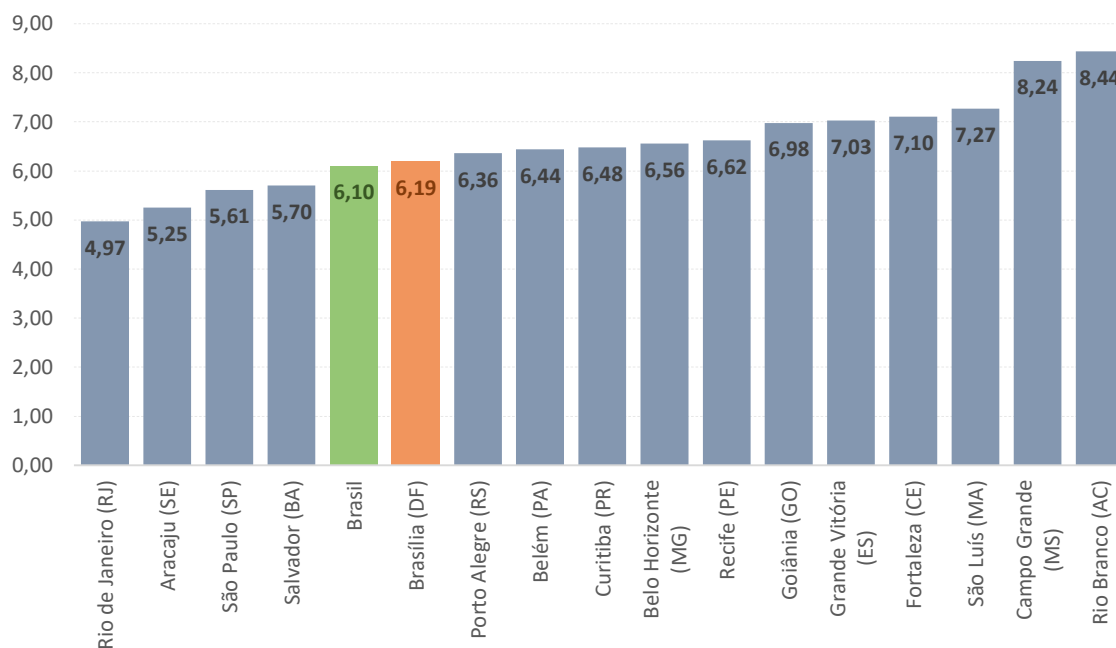


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/CODEPLAN.

2.2. Resultado acumulado em 12 meses

Em uma perspectiva histórica, a variação acumulada em 12 meses do nível de preços praticados no Distrito Federal decresceu entre janeiro e maio de 2020, retratando, em parte, os efeitos negativos que a pandemia produziu sobre a atividade econômica local (Gráfico 6). Com a redução do isolamento social, o relaxamento das restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e a recuperação parcial do poder de compra da população, a inflação voltou a subir aproximando-se do centro da meta, fechando o ano em 3,40%. Os primeiros meses de 2021, porém, foram marcados por consecutivas altas nos preços dos combustíveis, levando o indicador distrital acumulado em 12 meses para 6,19%, acima do resultado nacional (6,10%) e do limite superior da meta inflacionária para 2021, de 5,25%.

Gráfico 6 – IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasil e Brasília (DF) – 1º trimestre de 2021 – %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

2.3. IPCA por faixa de renda

A partir de 2021, a CODEPLAN passou a divulgar mensalmente o IPCA por faixa de renda do Distrito Federal¹⁹, que calcula a inflação para os quatro quartis de renda das famílias locais. Tal exercício permite desagregar o índice pleno e capturar de forma mais precisa a realidade inflacionária dos diferentes estratos sociais do Distrito Federal, uma vez que um aumento nos preços de determinado bem ou serviço raramente afeta de forma simétrica todas as famílias.

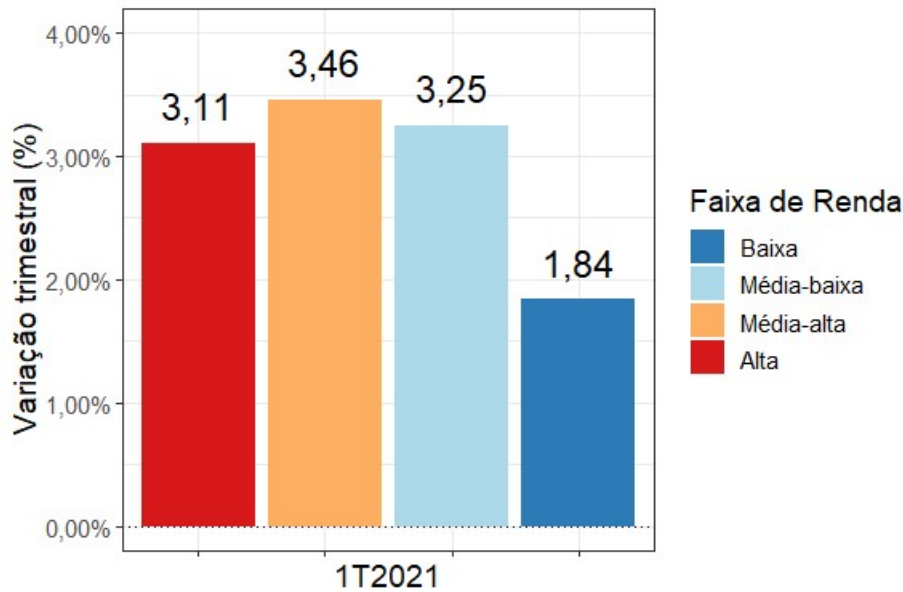
No primeiro trimestre de 2021, as famílias locais de 25% maior renda apresentaram uma inflação de +3,11%, percentual acima do valor observado pelo IPCA divulgado pelo IBGE (Gráfico 7). Essa constatação se repete entre as famílias de 25 a 50% maior renda (faixa média-alta) e de 25% a 50% menor renda (faixa média-baixa), cujas variações trimestrais de preços foram de +3,46% e +3,25%, respectivamente. Por outro lado, as famílias do menor quartil de renda apontaram uma inflação mais amena, de +1,84%.

Esse resultado pode ser explicado pela composição da inflação no trimestre. O principal vetor inflacionário do período foi o item *Combustíveis (veículos)*, que possui um peso elevado nas faixas altas até média-baixa. Dentro da faixa de baixa renda, porém, esse peso cai, uma vez que as famílias dessa categoria se servem menos de veículo próprio e mais de transporte público. Ademais, houve uma retração importante nos preços da *Passagem aérea* no primeiro trimestre

¹⁹ A nota técnica completa está disponível em: <http://conjunturaeconomica.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/NT-%C3%8Dndice-de-Pre%C3%A7os-ao-Consumidor-Amplo-do-Distrito-Federal-por-Faixa-de-Renda.pdf>

de 2021, produto esse que possui um peso maior entre as famílias de alta renda, explicando assim o porquê de essa faixa apresentar inflação menor que as de média-alta ou média-baixa renda.

Gráfico 7 – IPCA por faixa de renda: Variação trimestral do nível de preços – Brasília (DF) – 1º trimestre de 2021 - %

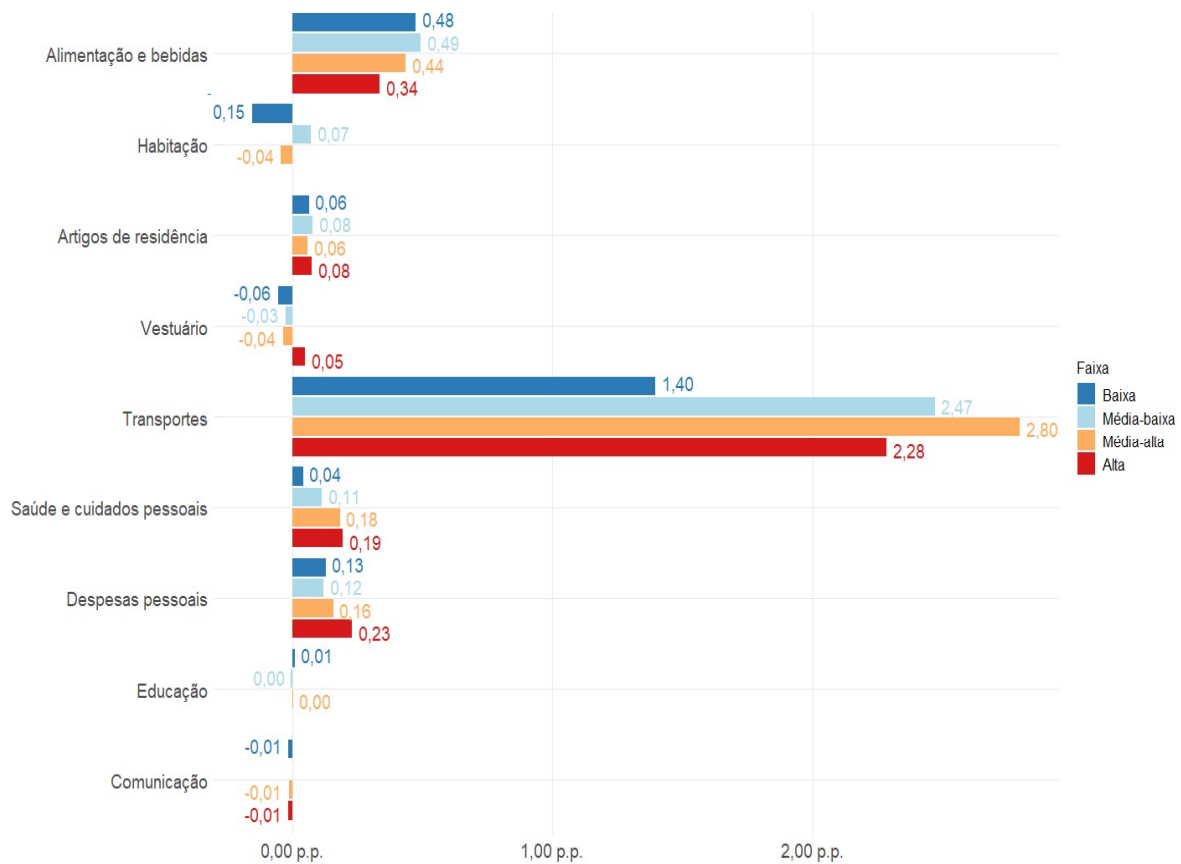


Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

Quando analisado o comportamento dos grupos individuais, a predominância dos *Transportes* dentro do resultado trimestral se torna novamente aparente. Esse grupo apresentou a maior contribuição em todas as quatro faixas, variando de 1,40 p.p., na faixa de baixa renda, a 2,80 p.p., na de média-alta. Houve também alguma pressão inflacionária advindo de *Alimentação e bebidas*, sendo o segundo grupo de maior contribuição e atingindo o valor de 0,49 p.p. na faixa média-baixa.

Já os grupos de *Vestuário*, *Educação* e *Comunicação* tiveram contribuições próximas de nulas em todas as faixas de renda, ecoando seu comportamento no índice de preços pleno. Por fim, se destaca a contribuição de -0,15 p.p. da categoria de *Habitação* no quartil de menor renda distrital, explicado pelo grande peso da *Energia elétrica residencial*, que apresentou queda no trimestre, dentro dessa faixa.

Gráfico 8 – IPCA por faixa de renda: Contribuição trimestral por grupo e por faixa – Brasília (DF) – 1º trimestre de 2021 – pontos percentuais (p.p.)



Nota: Os grupos *Habitação* e *Educação*, na faixa Alta, e *Comunicação*, na faixa Média-baixa, não comportam desagregação por questões amostrais. Devido a arredondamentos, o somatório dos grupos dentro de determinada faixa pode não coincidir exatamente com a variação mensal do índice geral daquela faixa.

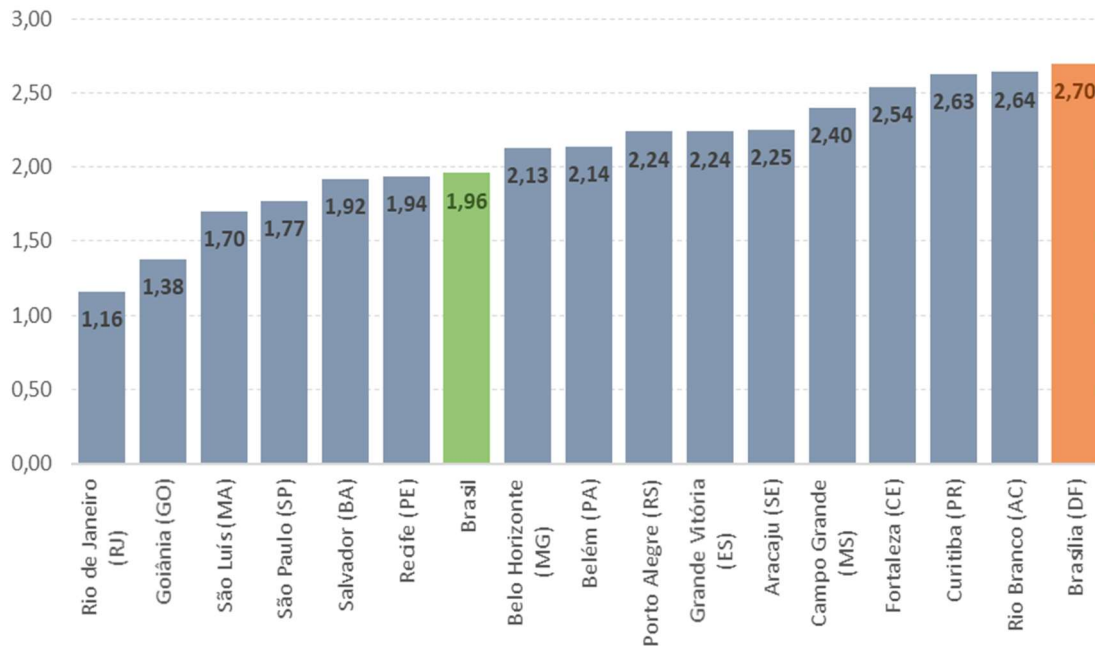
Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

A inflação distrital medida pelo INPC no primeiro trimestre de 2021 foi de +2,70%, acima da média nacional (+1,96%) e próximo ao valor observado no trimestre anterior (+2,78%). O indicador, que acompanha o comportamento dos preços da cesta de consumo das famílias com renda domiciliar entre um e cinco salários mínimos, foi o maior percentual dentre as regiões pesquisadas pelo IBGE.

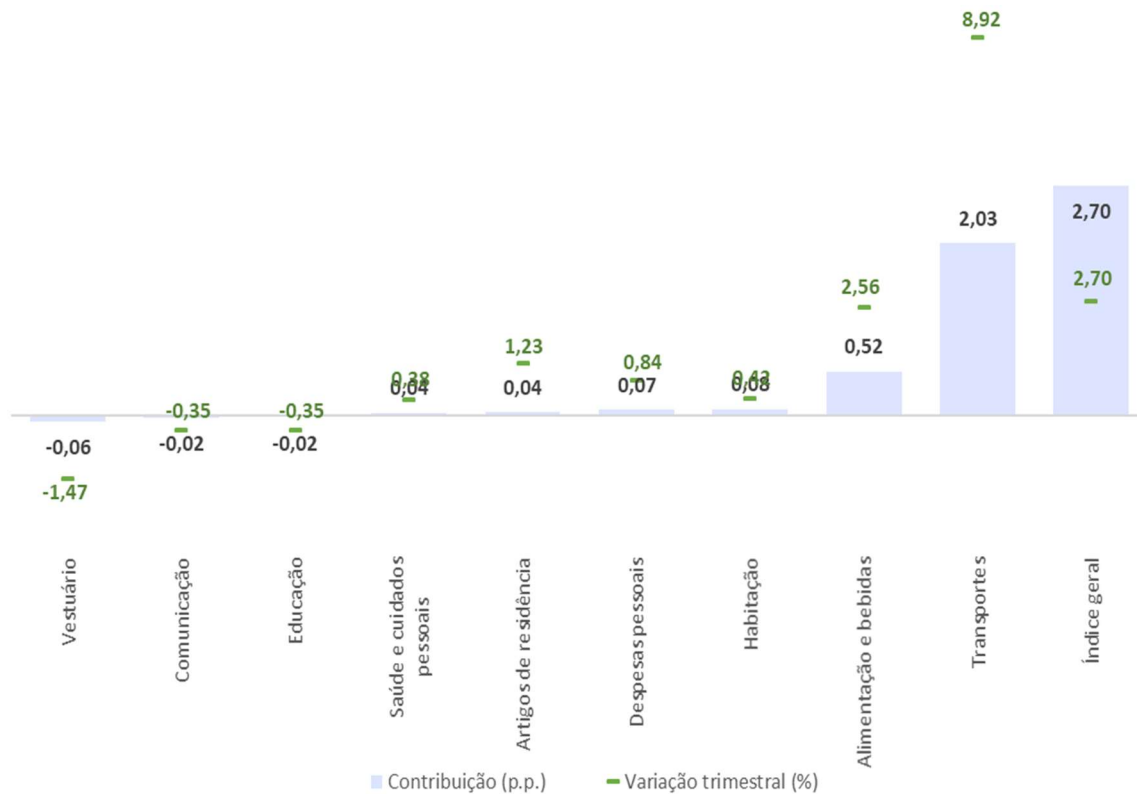
Novamente, os *Transportes* despontam como o principal vetor inflacionário no trimestre, representando 2,03 p.p. do índice geral observado no período (2,70%). A dinâmica econômica que produziu esse resultado é a mesma explicitada na análise do IPCA, derivando do comportamento internacional do preço do petróleo e do câmbio. Todos os grupos seguem comportamento semelhante ao do IPCA, com seis dos nove apresentando variação positiva em seus preços no trimestre.

Gráfico 9 – INPC: Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil e regiões – 1º trimestre de 2021 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Gráfico 10 – INPC: Contribuição e variação dos grandes grupos de bens e serviços para a inflação acumuladas no ano – Distrito Federal – 1º trimestre de 2021 – p.p. e %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O resultado dos *Transportes* se deve, predominantemente, aos *Combustíveis (veículos)*, de forma similar ao observado no IPCA, com contribuição de +2,06 pontos percentuais. Destaca-se também o maior peso do *Aluguel e taxas* e das *Carnes* no INPC, onde apresentaram contribuições de 0,24 p.p. e 0,23 p.p., respectivamente, contra as contribuições de 0,17 p.p. e 0,13 p.p. desses itens no índice amplo.

Do lado das variações negativas, o *Transporte público*, impulsionado pela queda da *Passagem aérea* no trimestre, trouxe uma contribuição de -0,20 p.p. ao INPC distrital. Esse valor é menos intenso que os -0,29 p.p. vistos no IPCA, condizente com o fato que as famílias de menor renda costumam dedicar uma porcentagem menor de seu orçamento a viagens aéreas. Por outro lado, a contribuição da *Energia elétrica residencial* teve uma magnitude maior no INPC (-0,32 p.p.) do que no IPCA (-0,21 p.p.), ajudando a segurar um resultado mais inflacionário no indicador no início de 2021.

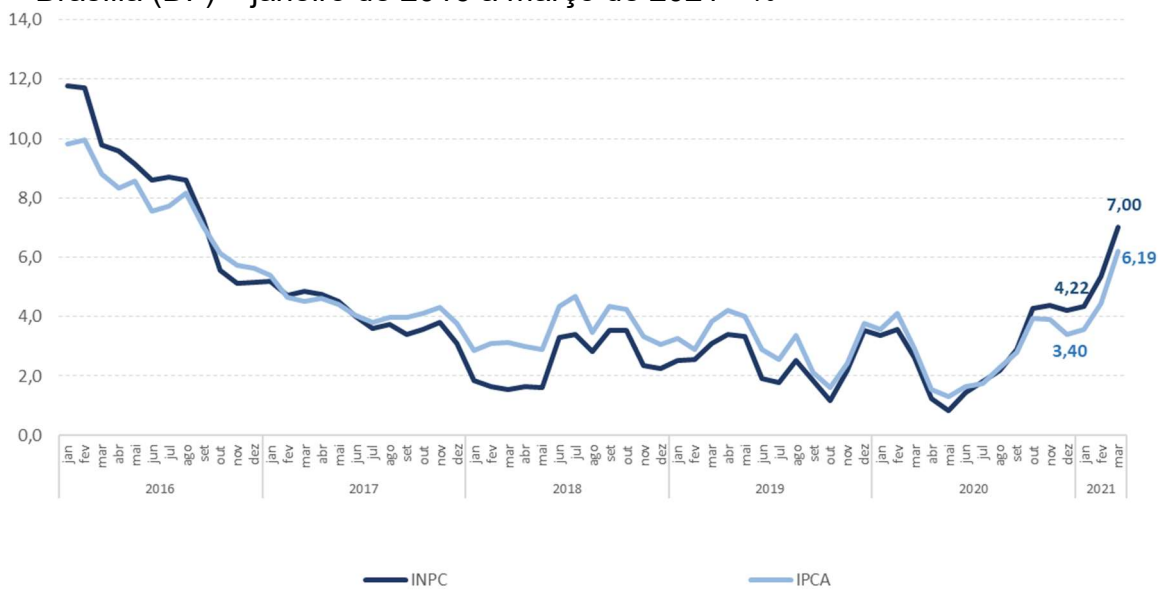
Tabela 2 – INPC: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições trimestrais e suas variações para o índice – Distrito Federal – 1º trimestre de 2021 - % e p.p.

Itens	Variação trimestral (%)	Contribuição (p.p.)
Combustíveis (veículos)	28,70	2,06
Aluguel e taxas	1,85	0,24
Carnes	7,43	0,23
Veículo próprio	1,80	0,18
Combustíveis (domésticos)	13,08	0,16
Cereais, leguminosas e oleaginosas	-3,40	-0,03
Cursos regulares	-0,93	-0,03
Roupa feminina	-2,69	-0,03
Transporte público	-3,40	-0,20
Energia elétrica residencial	-7,73	-0,32

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A composição da inflação ao longo de 2020 foi focada em grupos de bens e serviços que pesam mais no orçamento das famílias de baixa renda, como é o caso dos alimentos e de itens relacionados à habitação. Assim, a variação de preços percebida pelo INPC encerrou o ano acima daquela registrada pelo IPCA. No primeiro trimestre de 2021, a alta persistente nos preços dos combustíveis, item de peso expressivo na cesta de ambos os indicadores, serviu para manter essa trajetória. Dessa forma, o INPC acumulado em 12 meses em março de 2021 foi de 7,00%, enquanto o índice amplo foi de 6,19%.

Gráfico 11 – INPC e IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasília (DF) – janeiro de 2016 a março de 2021 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Essa situação não é observada desde 2017 e mostra que a dinâmica dos preços em 2021 continua castigando mais as famílias com renda domiciliar de um a cinco salários mínimos que à maior parte da população do Distrito Federal²⁰. Ainda assim, destaca-se que o quartil de menor renda no cenário distrital vivenciou uma menor inflação do que as faixas de renda mais altas, servindo de alento para as famílias mais humildes do Distrito Federal. De qualquer forma, a trajetória recente de aceleração inflacionária, combinada com o nível de desemprego ainda elevado da capital, ilustra o quanto a capacidade de consumo dos indivíduos tem sido comprometida.

²⁰ O IPCA considera as famílias que recebem de um a quarenta salários mínimos. Esse intervalo é estipulado para abarcar cerca de 90% das famílias brasileiras, ou seja, a maior parte da população nacional. No Distrito Federal, essa faixa captura 87,0% dos domicílios.

BOX: Mecanismos inflacionários dos *Transportes* no Brasil e no Distrito Federal

Esse box analisa alguns mecanismos inflacionários dos preços dos *Transportes* no Brasil e no Distrito Federal, em especial a sua persistência, que descreve com que intensidade choques nos preços do grupo se dispersam ao longo do tempo, e seus efeitos de segunda ordem, que analisam os efeitos do grupo sobre a trajetória do índice geral²¹. Tal análise se faz de particular interesse no primeiro trimestre de 2021, dada a importância dos *Transportes* no resultado inflacionário dos primeiros meses do ano, tanto no Distrito Federal quanto no cenário nacional.

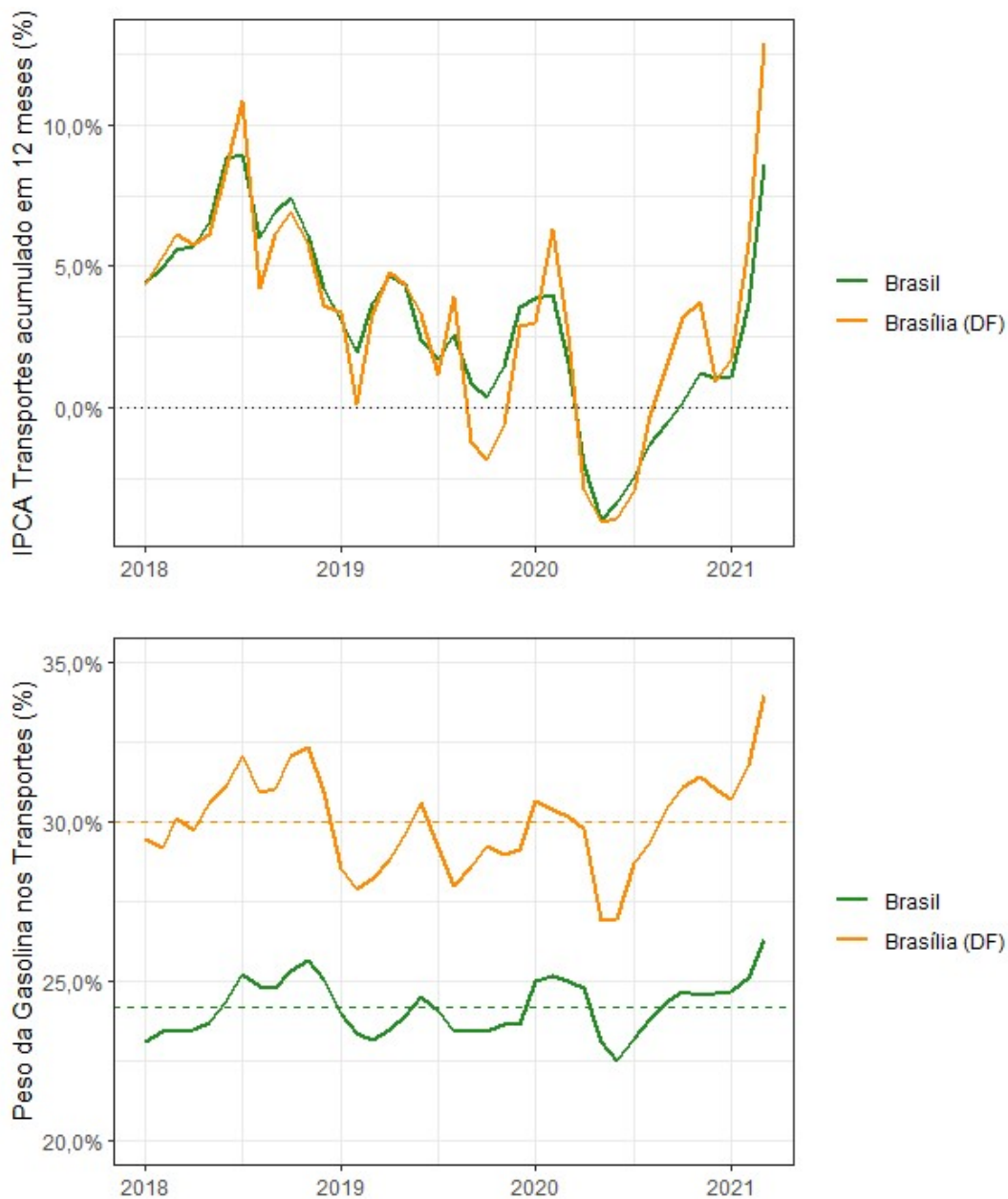
A variação dos preços acumulada em 12 meses dos *Transportes* chegou a apresentar retração no primeiro semestre de 2020 (Gráfico 12), quando os impactos iniciais da pandemia começaram a ser sentidos. A suspensão generalizada das atividades comerciais locais e a migração em larga escala para regimes de trabalho remoto levou, entre outros, a uma intensa redução da demanda por *Combustíveis (veículos)*, em especial da *Gasolina*, que chegou a apresentar uma variação de -18,64% em seus preços entre janeiro e maio de 2020 no Distrito Federal. Entre junho de 2020 e março de 2021, porém, a *Gasolina* passou por nove variações positivas em seus preços em 10 meses, de forma acumular alta de 60,3% nesse período. Considerando apenas os três primeiros meses de 2021, a inflação desse combustível foi de 28,9%.

Essa trajetória não levou a um aumento apenas nos preços da *Gasolina* como também na sua participação dentro dos *Transportes* (e do índice geral como um todo). O peso do produto dentro de seu grupo, historicamente superior no Distrito Federal do que no Brasil (Gráfico 12), passou de 26,9% em maio de 2020 para 34,0% em março de 2021, cimentando sua importância dentro do contexto inflacionário atual.

Ademais, os sucessivos aumentos nos preços dos *Transportes* no início de 2021 levaram a alterações em sua persistência (Gráfico 13). No início de 2020, o grau de persistência do grupo era próximo de -0,1, ou seja, cerca de um décimo do valor observado no período anterior era repassado de forma negativa para o IPCA do próximo mês. Ao longo do ano, com a sequência de resultados repetidamente positivos observados na inflação do grupo, esse valor passou para +0,2. Em ambos os casos, a persistência dos *Transportes* no Distrito Federal ainda é inferior do que a do Brasil, bem como inferior à persistência observada no índice geral (Gráfico 14).

²¹ Tal exercício segue metodologia descrita no Texto para Discussão da CODEPLAN “Mecanismos de propagação inflacionária: Uma comparação entre Brasília e Distrito Federal”. Para mais informações, acesse o texto completo: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD-56-Mecanismos-de-Propaga%C3%A7%C3%A3o-Inflacion%C3%A1ria-uma-Compara%C3%A7%C3%A3o-entre-Bras%C3%ADlia-e-Brasil.pdf>

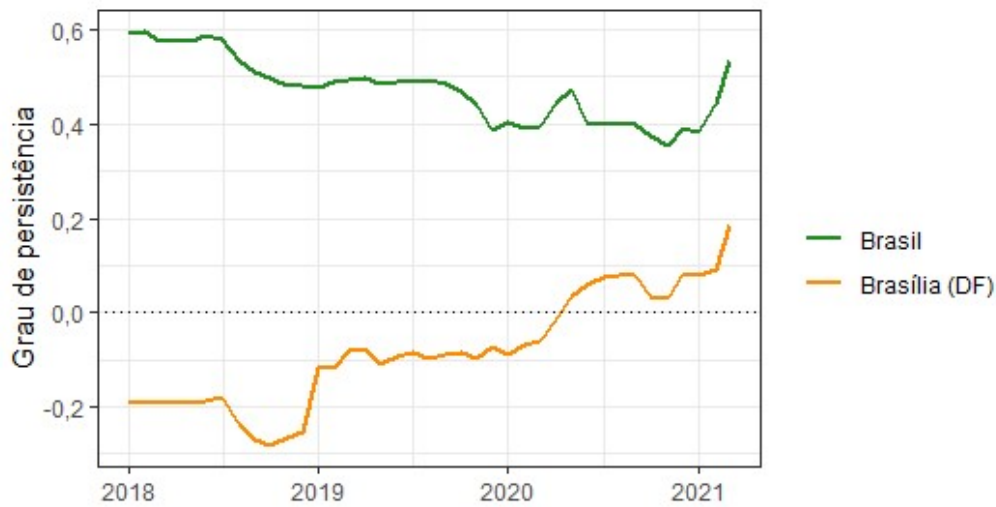
Gráfico 12 – IPCA: Inflação do grupo *Transportes* e o peso da *Gasolina* dentro do mesmo – Brasil e Distrito Federal – janeiro de 2018 a março de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

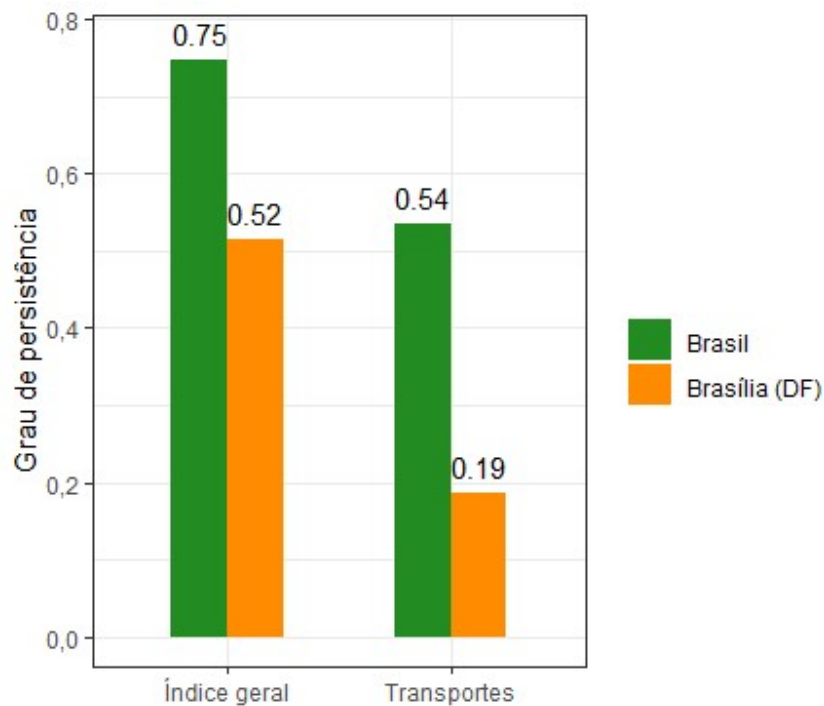
Por fim, foram calculados os efeitos de segunda ordem do grupo *Transportes* sobre a inflação plena para o Brasil e para o Distrito Federal (Tabela 3). Foram utilizadas como covariadas os índices de atividade econômica do Banco Central (IBC) e de *commodities* (IC) e a taxa de câmbio (EX), conforme o Texto para Discussão sobre o qual se baseia esse box.

Gráfico 13 – IPCA: Persistência do grupo *Transportes* – Brasil e Distrito Federal – janeiro de 2018 a março de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Gráfico 14 – IPCA: Persistência do índice geral e do grupo *Transportes* – Brasil e Distrito Federal – março de 2021



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Tabela 3 – Efeitos de segunda ordem do grupo *Transportes* – Brasil e Distrito Federal

	Efeitos de Segunda Ordem	
	Dependent variable:	
	Brasília	Brasil
IPCAs sem Transportes(t)		
IPCAs sem Transportes(t-1)	0.839*** (0.053)	0.869*** (0.047)
IPCAs Transportes(t-3)	0.026** (0.011)	0.024 (0.018)
IBC(t-1)	-0.008 (0.011)	0.016 (0.010)
EX(t-3)	0.003 (0.004)	0.010** (0.004)
IC(t)	0.011** (0.005)	0.006 (0.005)
Constant	0.109 (0.067)	0.096 (0.061)
Observations	103	103
R ²	0.732	0.812
Adjusted R ²	0.719	0.802
Residual Std. Error (df = 97)	0.302	0.283
F Statistic (df = 5; 97)	53.122***	83.761***
Note:	* p<0.1; ** p<0.05; *** p<0.01	

Fonte: IBGE e BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Os resultados apontam que comportamento do IPCA acumulado em 12 meses, tanto nacional quanto distrital, pode ser explicado em grande parte pelo seu resultado passado. Exclusivamente no Distrito Federal, porém, se observa um coeficiente significativo entre o índice geral, excluído o grupo *Transportes*, e a variação desse grupo.

Esse coeficiente é o chamado efeito de segunda ordem; um aumento nos preços do *Transporte* eleva o índice geral não só por se tratar de uma elevação nos preços desse conjunto de itens, mas também por afetar outros preços na economia, como custos de frete ou de mobilidade humana.

Esse efeito de segunda ordem chama a atenção por não ser significativo para o Brasil, apenas para o Distrito Federal. Assim, os repasses dos *Transportes* aos demais componentes do IPCA são mais sentidos no cenário distrital do que no nacional. Tal resultado pode ser parcialmente explicado pela maior participação distrital da *Gasolina*, que afeta diretamente a entrega de mercadorias, e menor de itens como o *Ônibus urbano* dentro dos *Transportes*.

Essa constatação, aliada ao crescimento intenso observado nos preços da *Gasolina* em meses recentes, realça a importância do *Transportes*, em geral, e desse item, em específico, na análise inflacionária do Distrito Federal.

Seção IV

Mercado de Trabalho

1. Sumário

O Distrito Federal destacou-se pela criação de vagas de trabalho com carteira assinada no primeiro trimestre de 2021, apesar do aumento da taxa de desemprego local em relação ao trimestre passado. Esse movimento denota indícios de uma redução do grau de informalidade do mercado de trabalho distrital e, conseqüentemente, uma melhora do nível de proteção social dos trabalhadores da região.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF)²² mostra o crescimento de 1,5 ponto percentual (p.p.) na taxa de desocupação local, passando de 18,0% no quarto trimestre de 2020 para 19,5% no primeiro trimestre de 2021 e indicando que o número de desocupados cresceu em 25 mil pessoas na capital brasileira. Esse movimento está associado, em parte, à sazonalidade do período que atingiu, principalmente, a categoria dos informais, que registrou redução de 5 mil pessoas em seus postos entre janeiro e março de 2021. Porém, quando olhamos para os postos de trabalho com carteira assinada, a situação é um pouco diferente, uma vez que foram absorvidas 2 mil pessoas em vagas formais de emprego.

A criação de novas vagas formais de emprego é também identificada pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED)²³, que evidenciou que o número de admissões ocorridas superou o de desligamentos em 9.809 postos de trabalho no Distrito Federal no primeiro trimestre de 2021, demonstrando uma aceleração no ritmo de abertura de novos postos de trabalho com carteira assinada²⁴. Todos os cinco grandes setores acompanhados apresentaram saldo positivo no período analisado. No entanto, ainda é possível observar alguns segmentos produtivos que ainda sofrem o efeito negativo das medidas sanitárias impostas para o combate da Covid-19 tais como *Alojamento e Alimentação* (-629 vagas) e *Transporte, armazenagem e correio* (-144 vagas).

O resultado do primeiro trimestre de 2021 mostra que o mercado de trabalho segue em sua trajetória de recuperação iniciada no segundo semestre de 2020 e que os postos formais estão se destacando nesse processo.

²² A PED/DF teve sua divulgação suspensa entre setembro de 2019 e março de 2020 por motivos técnicos. Nesse período, a análise do mercado de trabalho do Distrito Federal foi substituída pelas informações divulgadas pela PNADCT, ainda que essas pesquisas não sejam comparáveis, com a finalidade de manter o acompanhamento desse indicador. Com o retorno da pesquisa pela Codeplan e pelo DIEESE, foi possível reestabelecer a análise da PED.

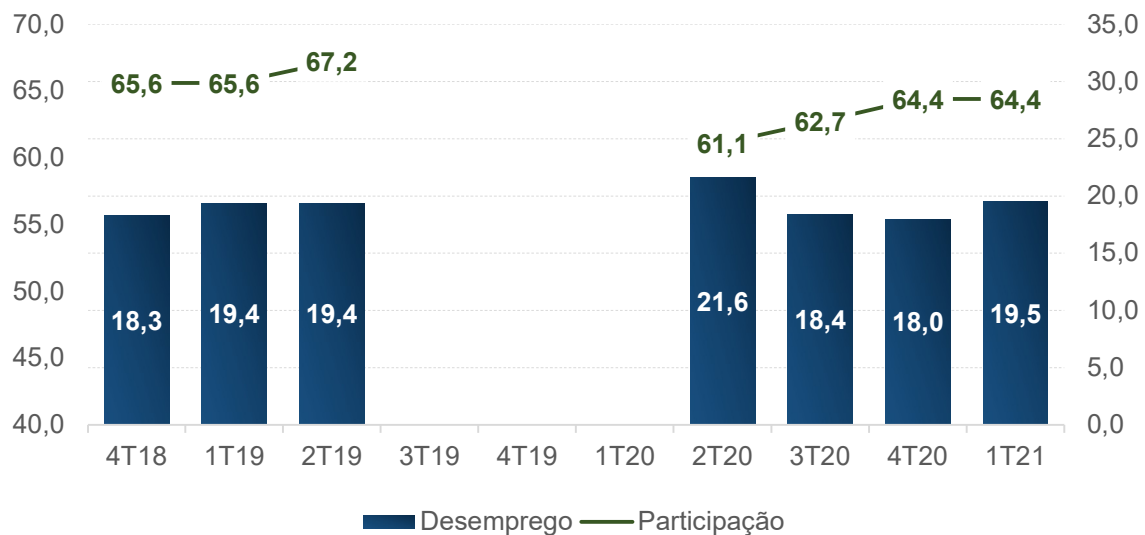
²³ A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia substituiu o uso do Sistema CAGED para registro de admissões e desligamentos pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (Novo CAGED), incorporando novas fontes de dados a fim de complementar a informação de desligamentos. A mudança de metodologia ocorreu em janeiro de 2020, mas a nova série de dados só foi disponibilizada em maio do mesmo ano.

²⁴ Entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, o saldo de criação líquida de vagas cresceu 24,4%, passando de 7.885 vagas para 9.809 vagas.

2. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF)

A taxa de desemprego do Distrito Federal ficou em 19,5% no primeiro trimestre de 2021, valor que representa 316 mil pessoas desocupadas na capital e um aumento de 1,5 ponto percentual (p.p.) (25 mil pessoas) em relação ao último trimestre de 2020 (18,0%) (Gráfico 1). No entanto, se a comparação for efetuada com o primeiro trimestre de 2019 (19,4%), período no qual o mercado de trabalho não estava sob a influência negativa da pandemia, verifica-se que há relativa estabilidade para o período com uma alta de apenas 0,1 p.p.. Isso demonstra que a aparente expansão do desemprego distrital carrega um importante fator sazonal, que pode ter sido reforçado pela imposição de nova rodada de restrições de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de um toque de recolher.

Gráfico 1 – PED/DF – Taxa de desocupação e de participação (%) – 4º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2021* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

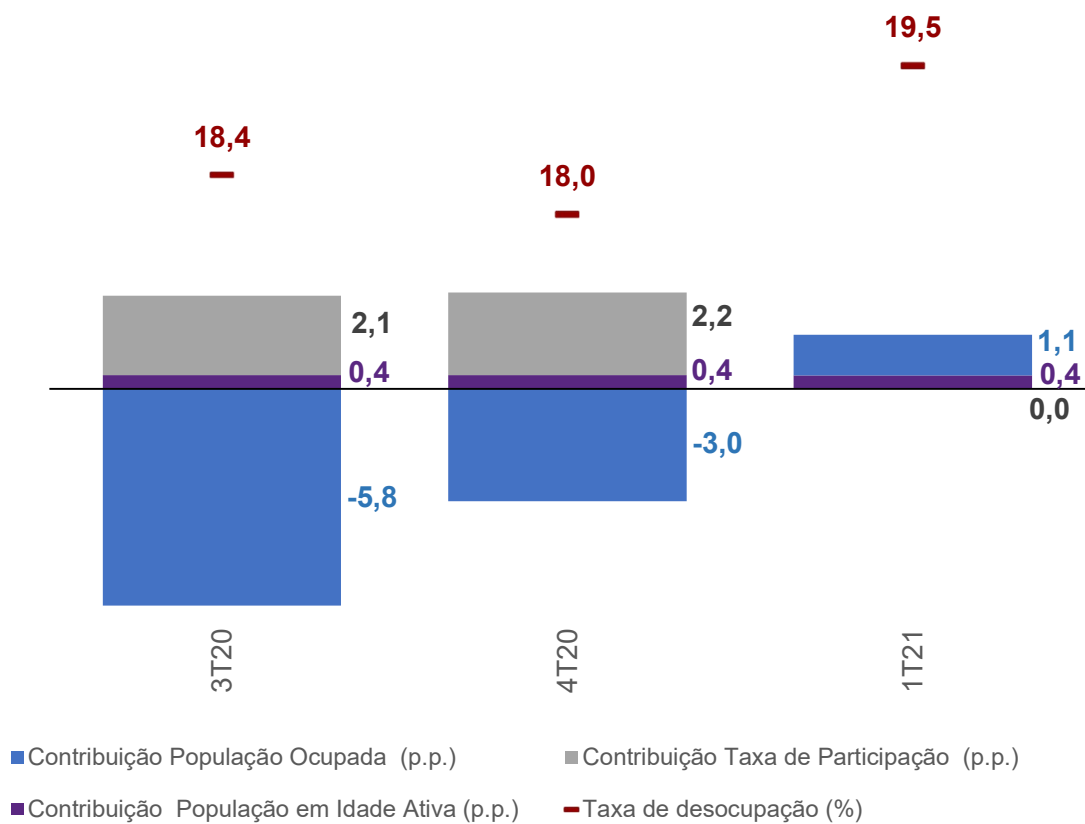
A taxa de participação (porcentagem da população em idade ativa que estava ocupada ou que procurou trabalho nos últimos 30 dias), em contrapartida, permaneceu estável em 64,4% no primeiro trimestre de 2021 de acordo com a PED/DF²⁵. O percentual mostra que a taxa de participação continua abaixo das observadas no período pré-crise de saúde e da média histórica para o período

²⁵ A PED/DF é uma pesquisa desenvolvida pela Codeplan, em parceria com o Departamento Sindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), e possui metodologia própria a fim de melhor captar as realidades do mercado de trabalho local. Assim, seus resultados não são simétricos a outras pesquisas voltadas ao mesmo tema, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT).

(65,5%)²⁶, o que revela que uma parcela da população em idade ativa para trabalhar ainda não voltou ao mercado de trabalho.

O resultado do trimestre se deve, principalmente, à redução do número de pessoas ocupadas, que, conforme o Gráfico 2, cresceu 1,1 p.p. à taxa de desemprego do período ao variar 8,6% em relação ao último trimestre de 2020. A expansão população em idade ativa (PIA), por sua vez, contribuiu com mais 0,4 p.p. e reflete, basicamente, o crescimento demográfico da população distrital.

Gráfico 2 – PED/DF – Decomposição da variação na taxa de desocupação (p.p.) e taxa de desocupação²⁷ (%) – Trimestre em relação ao trimestre anterior* – Distrito Federal



* Não houve divulgação da PED no quarto trimestre de 2019 ou no primeiro trimestre de 2020, de forma que não é possível decompor a variação na taxa de desocupação do primeiro e segundo trimestres de 2020.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

²⁶ Considera os primeiros trimestres de 2012 a 2020.

²⁷ É possível que haja pequenas discrepâncias entre o somatório das contribuições dos indicadores e a variação total da taxa de desocupação. Essas diferenças resultam apenas do arredondamento dos valores, não impactando a análise do mercado de trabalho.

Ressalte-se, também, que ao contrário do que se observou nos terceiro e quarto trimestres de 2020, a taxa de participação não teve papel relevante no aumento da taxa de desemprego. A estabilização da taxa de participação está associada a um aumento simultâneo da População em Idade Ativa (PIA) do Distrito Federal e da População Economicamente Ativa (PEA).

Apesar do aumento dos desocupados no período, houve um aumento de 2 mil trabalhadores em posições do setor privado com carteira assinada. Esse movimento representa uma melhora na composição do mercado de trabalho, uma vez que essas ocupações trazem proteções sociais importantes, tais como o FGTS, INSS e seguro-desemprego (Tabela 1).

Tabela 1 – PED/DF – Comportamento do mercado de trabalho – 4º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021 – Distrito Federal

Pesquisa de Emprego e Desemprego				
	4º trimestre 2020	1º trimestre 2021	Variação %	Variação absoluta
Indicadores (em mil pessoas)				
População				
Em idade de trabalhar (PIA)	2.506	2.517	0,4%	11
Na força de trabalho (PEA)	1.612	1.620	0,5%	8
Ocupada	1.322	1.304	-1,4%	-18
Desocupada	291	316	8,6%	25
Fora da força de trabalho (Inativos)	893	896	0,3%	3
Posição na ocupação				
Empregado no setor privado com carteira	515	517	0,4%	2
Empregado no setor privado sem carteira	98	93	-5,1%	-5
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	289	280	-3,1%	-9
Autônomo	241	235	-2,5%	-6
Empregado doméstico	75	79	5,3%	4
Demais posições	104	100	-3,8%	-4
Taxas (em pontos percentuais)				
Taxa de desocupação	18,0	19,5	-	1,5
Taxa de participação na força de trabalho	64,4	64,4	-	0,0
Rendimento médio real (em reais)				
Assalariados	4.619	3.915	-15,2%	-704

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Assim, o impacto negativo sobre o mercado de trabalho pode ser atribuído, em grande parte, a redução nos empregados em quatro das seis categorias pesquisadas. O setor privado sem carteira assinada perdeu 5 mil empregados, o que representa uma contração de 5,1% em relação ao quarto trimestre de 2020.

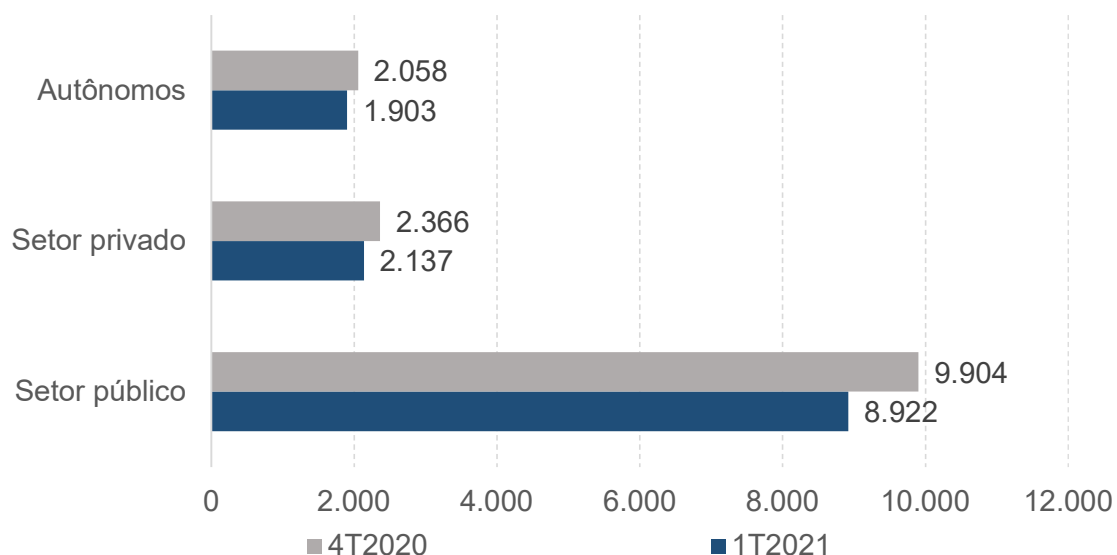
Novamente, esse movimento tem um componente sazonal muito expressivo dado o desligamento de vagas ocupadas para atender a demanda mais aquecida do fim do ano, além dos desligamentos costumeiros nas áreas de construção, educação, alojamento e alimentação²⁸.

Os empregados no setor público e os autônomos também apresentaram saldos negativos nas movimentações do primeiro trimestre de 2021 com reduções de 3,1% e 2,5%, respectivamente. Por fim, houve queda no número de ocupados das Demais posições, de 4 mil trabalhadores, o que representa uma queda de 3,8% ante o resultado do último trimestre de 2020.

O rendimento real médio, no entanto, sofreu uma significativa retração de 15,2%, quando comparados os R\$ 4.619,00 pagos aos assalariados no quarto trimestre de 2020 com a remuneração média do primeiro trimestre de 2021, R\$ 3.915,00. Esse movimento é, em parte, explicado pela redução observada no número de ocupados do Setor Público (-3,1%), posição que possui uma remuneração superior às demais ocupações.

Como mostrado no Gráfico 3, o rendimento real do Setor Público, apesar de ter sofrido uma queda de 9,9% entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro de 2021, ainda é 4 vezes maior que o valor recebido no Setor Privado e quase 5 vezes superior ao dos Autônomos.

Gráfico 3 – PED/DF – Rendimento médio real, por posição na ocupação – 4º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021 – Distrito Federal

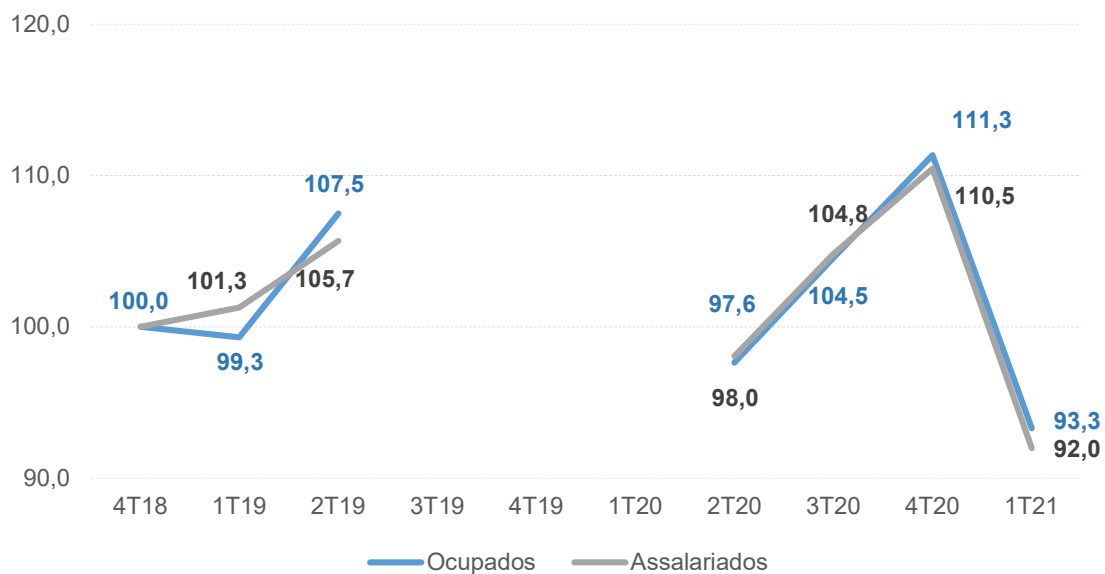


Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

²⁸ Para mais informações, consulte a Nota Técnica “O resultado do Caged para o Distrito Federal em dezembro de 2017” disponível em: <http://conjunturaeconomica.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/O-Resultado-do-CAGED-para-o-Distrito-Federal-em-dezembro-de-2017.pdf>

Com uma remuneração menor e um número menor de pessoas ocupadas, a massa de rendimentos do Distrito Federal interrompeu sua trajetória de recuperação observada ao longo de 2020 e caiu abaixo do patamar observado no fim de 2018. Dessa forma, a massa de rendimentos reais do primeiro trimestre de 2021 dos ocupados apresentou contração de 6,7% em relação ao quarto trimestre de 2018 e a dos assalariados, de 8,0% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – PED/DF – Evolução da massa de rendimentos reais – Número-índice (base: 4º trimestre de 2018 = 100) – 4º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2021* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

Importante mencionar que a redução da massa de rendimentos reais observada implica em menor quantidade de recurso circulando na economia distrital e, por conseguinte, um desaquecimento da demanda por bens e serviços e um desestímulo ao nível de atividade produtiva local.

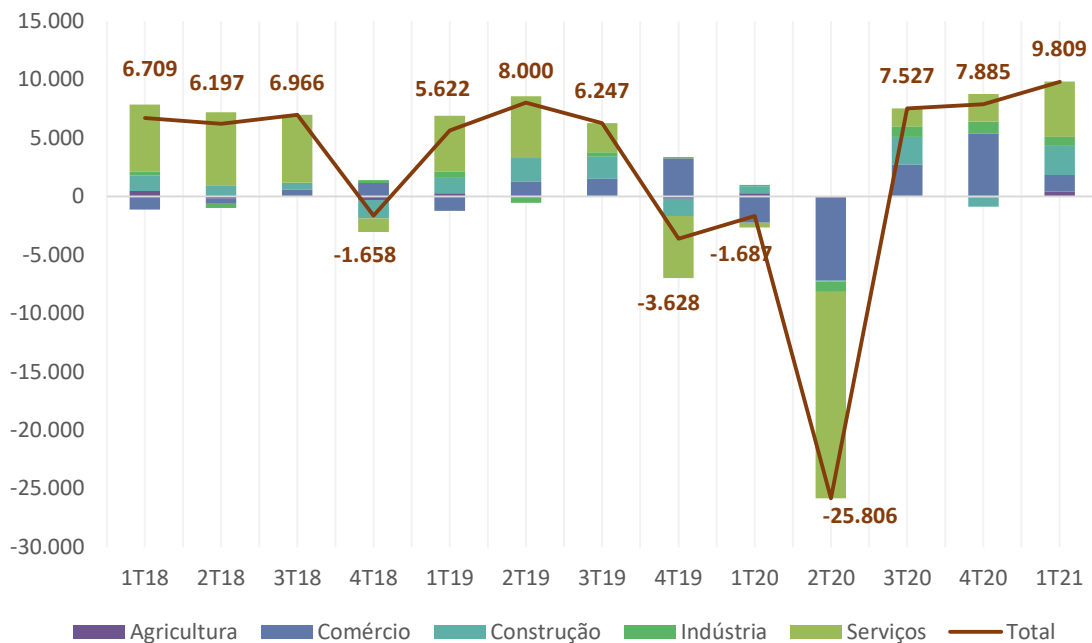
3. Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Novo Caged

As estatísticas do emprego formal do Distrito Federal e de todos os estados brasileiros passaram, no ano de 2020, a ser divulgadas pelo Novo CAGED, que utiliza o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – antigo) e as informações do Empregador Web para gerar os dados sobre o mercado de trabalho.

Resultados do 1º trimestre de 2021

Corroborando o aumento dos empregos formais no Distrito Federal, os dados do Novo Caged apontam que as admissões superaram os desligamentos ocorridos no primeiro trimestre de 2021 em 9.809 vagas com carteira assinada²⁹, garantindo, pelo terceiro trimestre consecutivo, saldos positivos no mercado de trabalho formal (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por grandes setores – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2021 – Distrito Federal



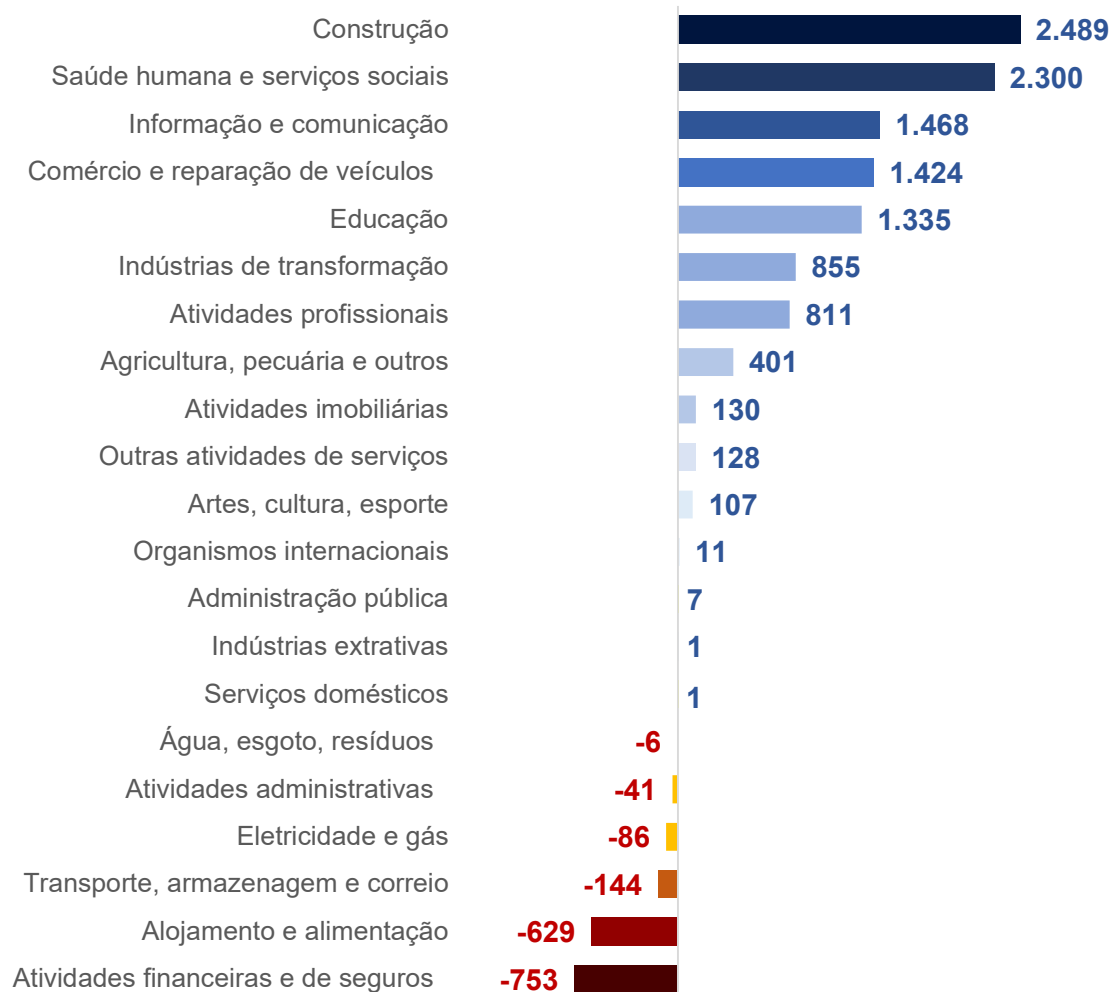
Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Todos os cinco setores produtivos de destaque registraram saldos positivos no trimestre sob análise. O destaque positivo é conferido ao setor de Serviços que criou 4.731 novos postos de trabalho no Distrito Federal entre janeiro e março de 2021. Cabe mencionar, no entanto, que esse movimento ainda representa, em parte, uma recomposição das vagas perdidas no ano anterior por conta da pandemia da Covid-19.

²⁹ Dados extraídos no dia 19 de maio de 2021.

Em seguida, temos a atividade de Construção, responsável pela abertura de 2.489 vagas no período, que assume a liderança do ranking de saldo do trimestre por segmento produtivo (Gráfico 6). Nesse nível de detalhamento, observa-se que, das 21 atividades analisadas, 15 apresentaram saldos positivos e, apenas 6, obtiveram desligamentos acima do número de admissões no primeiro trimestre de 2021.

Gráfico 6 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – 1º trimestre de 2021 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O segmento de *Saúde humana e serviços sociais*, que foi muito demandado a partir do segundo trimestre de 2020, continuou a apresentar criação de vagas. Entre janeiro e março de 2021, as admissões superaram os desligamentos em 2.300 postos formais, mostrando que a demanda por esses serviços continua bastante aquecida devido ao recrudescimento da pandemia. Os serviços de *Informação e Comunicação*, também associados com a necessidade de se respeitar o isolamento social, ampliaram em 1.468 suas vagas formais.

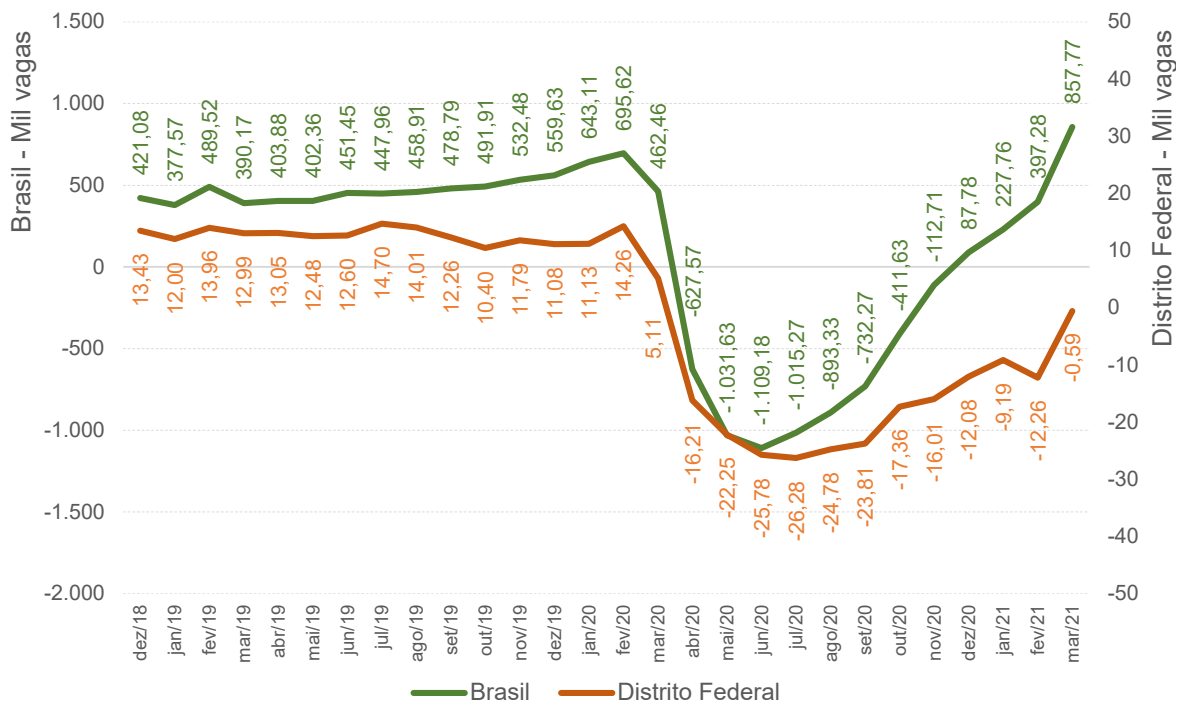
No sentido oposto, as *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* apresentaram saldo negativo de 753 vagas formais de trabalho no primeiro trimestre de 2021. *Alojamento e alimentação* voltaram a sofrer limitações de funcionamento como medida preventiva à disseminação do novo coronavírus na capital federal, o que ajuda a explicar o saldo negativo de 629 postos de trabalho no período.

O aumento de casos de novas contaminações e de mortes pela Covid-19 no Distrito Federal interferiu na trajetória de recuperação do mercado de trabalho, prejudicando aqueles setores que desempenham atividades consideradas não essenciais e que possibilitam aglomerações ao mesmo tempo que reforçou as ocupações em segmentos essenciais e que dão suporte à resolução da crise de saúde pública.

Resultados acumulados em 12 meses

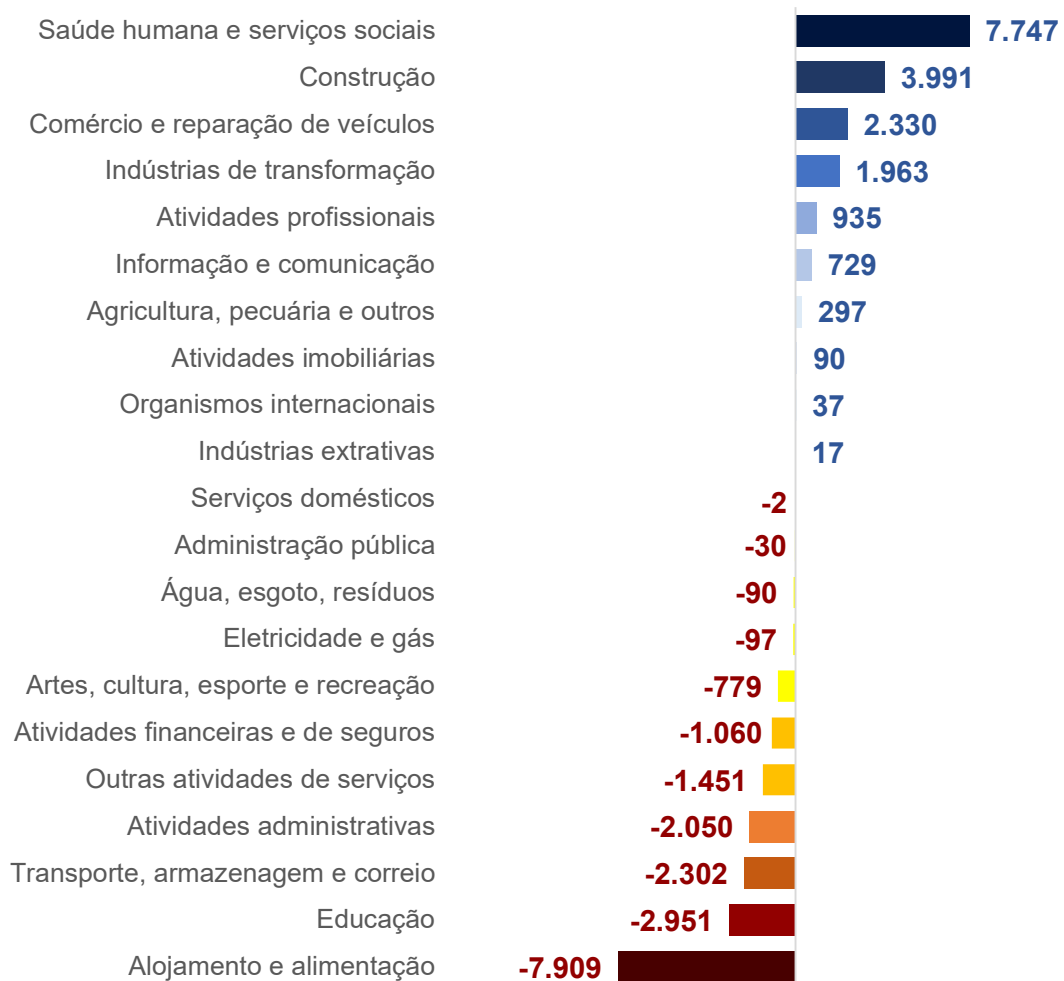
Considerando o comportamento de longo prazo, é possível verificar que, mesmo com o bom desempenho observado desde o segundo semestre de 2020, não houve uma recuperação plena do mercado de trabalho no Distrito Federal. De acordo com o Gráfico 7, o saldo acumulado em 12 meses findos em março de 2021 da capital brasileira é de -585 vagas, mas permanece em uma trajetória ascendente. No Brasil, porém, o saldo acumulado evidencia a criação líquida de quase 858 mil postos de trabalho formais, indicando a superação dos efeitos negativos advindos da pandemia a nível nacional.

Gráfico 7 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1) acumulado em 12 meses – dezembro de 2018 a março de 2021 – Brasil e Distrito Federal – Mil vagas



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Gráfico 8 – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – Acumulado em 12 meses – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

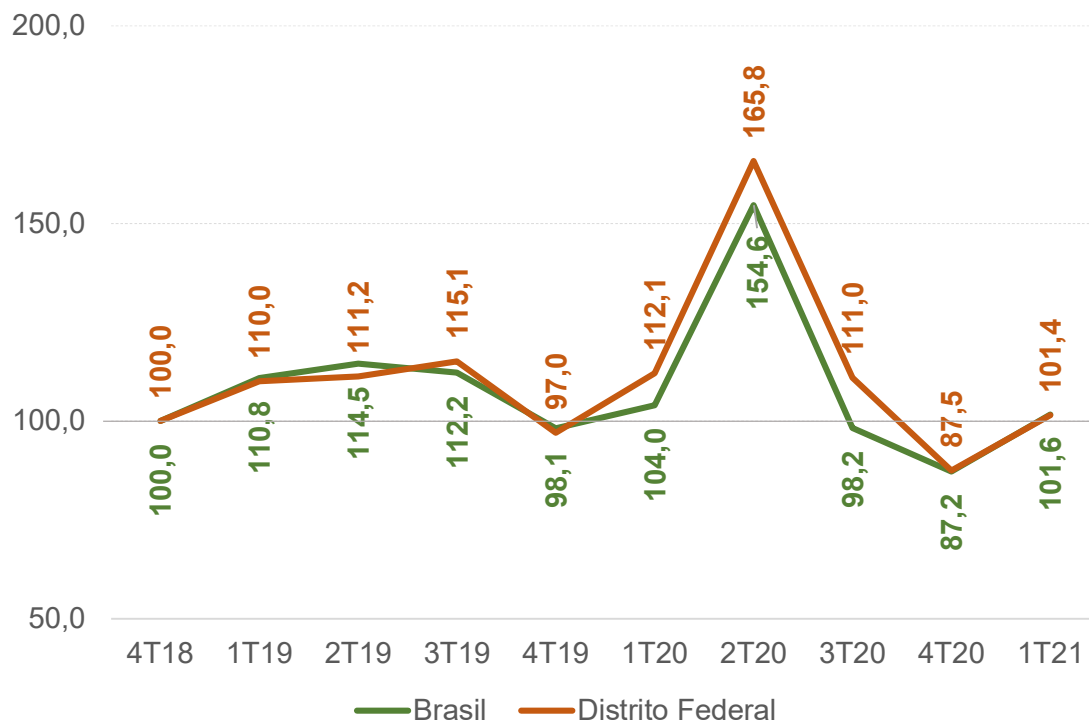
Dessa forma, as análises trimestral e de longo prazo mostram que o cenário não sofreu mudanças significativas. As atividades consideradas essenciais e que, por isso, não tiveram restrições impostas ao seu funcionamento mantiveram-se abrindo novas vagas. Já as com potencial para gerar aglomerações continuam impedidas de realizar suas atividades plenamente, o que impõe obstáculos ao seu pleno restabelecimento.

A efetiva recuperação econômica e do mercado de trabalho deve acontecer com o avanço da campanha de vacinação no Distrito Federal e a subsequente diminuição da intensidade das medidas de combate ao novo coronavírus.

4. Seguro-Desemprego

O seguro-desemprego, por ser um benefício financeiro concedido à empregados formais dispensados sem justa causa, fornece informações complementares sobre o mercado de trabalho. O Gráfico 9 traz a evolução das requisições de seguro-desemprego no Distrito Federal e evidencia que, apesar do aumento do emprego formal no primeiro trimestre de 2021, houve um aumento da procura pelo benefício de proteção social.

Gráfico 9 – Seguro-desemprego – Número mensal de requerentes trimestral – 4º trimestre de 2018 ao 1º trimestre de 2021 – Brasil e Distrito Federal – Número índice (4T18 = 100)



Fonte: Painel de Informações do Seguro-Desemprego/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Importante mencionar, no entanto, que o nível observado no primeiro trimestre de 2021 é compatível com aqueles registrados no mesmo período em anos anteriores à pandemia. Isso reforça a ideia de que a redução na ocupação revelada pela PED se deve, em parte, a um movimento sazonal do mercado.

Outro fator que pode estar atuando para ampliar a procura pelo seguro-desemprego é o reforço das medidas restritivas adotadas pelo governo distrital com o intuito de reduzir o contágio e as mortes causadas pela Covid-19 na região. As limitações ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais incitam desligamentos, o que acaba elevando o número de pessoas que tem direito ao benefício social.

Box: Indicadores de mercado de trabalho formal e de atividade econômica

A recuperação da atividade econômica é essencial para aquecer o mercado de trabalho. O crescimento do PIB permite a expansão do consumo da população que, por sua vez, estimula a contratação de mais pessoas para atender o adicional de demanda. Com a absorção de mais trabalhadores, mais pessoas passam a receber salários, expandindo a massa de rendimentos e, novamente, o consumo. A relação inversa, na qual o menor dinamismo econômico incita um menor nível de ocupação, também se sustenta.

Dessa forma, fica evidente uma correlação entre o comportamento dos setores produtivos e do mercado de trabalho. No entanto, o tempo de resposta aos estímulos econômicos pode gerar defasagens entre a performance de ambos, fazendo necessário investigar essa relação a fim de ter mais informações sobre a reação do desemprego.

Gráfico 10 – Novo Caged e Idecon – Evolução dos indicadores de mercado de trabalho formal (Novo Caged) e de atividade econômica (Idecon) – Distrito Federal – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2021

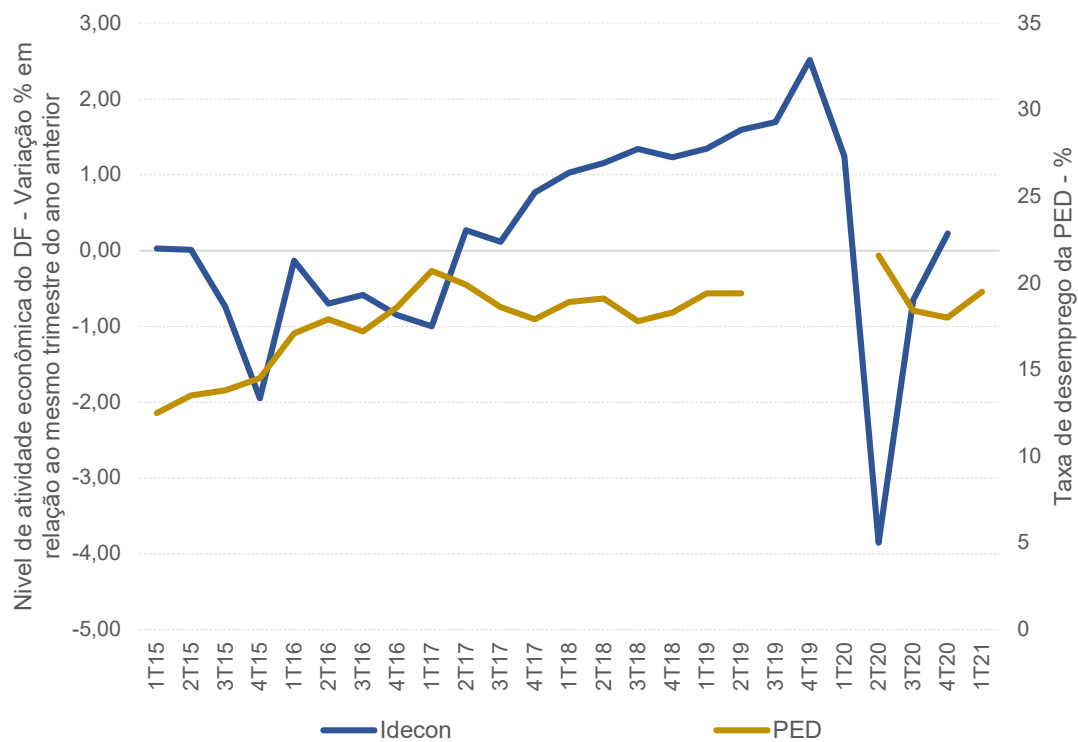


Fonte: Idecon e Novo Caged. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A evolução dos indicadores da atividade econômica do Distrito Federal e do seu saldo³⁰ de criação líquida de vagas de emprego formal é apresentada no Gráfico 10. Nele nota-se que as movimentações do mercado de trabalho formal são concomitantes às variações da economia local, apresentando uma correlação linear superior à 70,0%. Considerando a média móvel de 3 meses do saldo de movimentações dos postos de trabalho formais, esse percentual sobe para 84,7%.

Quando a análise é realizada com a taxa de desemprego levantada pela PED, verifica-se que há uma baixa correlação (34,0%) entre o crescimento econômico e o nível de desocupação da capital federal.

Gráfico 11 – PED e Idecon – Evolução dos indicadores de mercado de trabalho (PED) e de atividade econômica (Idecon) – Distrito Federal – 1º trimestre de 2018 a 1º trimestre de 2021



Fonte: Idecon e Novo Caged. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar tal situação. A primeira diz respeito ao fato de que a taxa de desemprego captura não apenas o nível de ocupação, mas também abrange a participação da população em idade ativa no mercado de trabalho. Em outras palavras, conforme há crescimento da atividade produtiva, mais pessoas acreditam ser possível conseguir uma ocupação, pressionando para cima o percentual de desempregados enquanto não conseguem uma vaga.

³⁰ O saldo do mercado de trabalho é definido como a diferença entre o número de admissões (+1) e o de desligamentos (-1) em um determinado período de tempo.

Outro possível motivo é que o crescimento econômico observado pode estar se dando por aproveitamento da capacidade ociosa local. Nesse sentido, o período pode ter sido marcado por expansão da produtividade do mercado de trabalho ao invés da contratação de novos funcionários.

A terceira alternativa seria no sentido de estar havendo uma substituição dos empregos informais por aqueles com carteira assinada. Essa possibilidade consegue explicar o aumento dos postos formais identificados pelo Novo Caged em resposta ao aumento da atividade produtiva local e a baixa resposta da taxa de desemprego. Importante mencionar que, esse cenário pode ser considerado benéfico para a população local, uma vez que representa um ganho de proteção social devido as garantias previstas em lei.

Por conseguinte, se observa uma associação positiva entre o dinamismo econômico e o mercado de trabalho que justifica as medidas de estímulo à produção local a fim de elevar o nível de ocupação entre os trabalhadores do Distrito Federal. Da mesma forma, é possível afirmar que a recuperação plena do mercado de trabalho só será possível quando a economia local estiver funcionando sem restrições e retornar a sua trajetória de crescimento.

Considerações finais

Os desafios apresentados à economia brasileira e distrital no ano de 2020 se fizeram presentes no primeiro trimestre de 2021 com o recrudescimento da pandemia da Covid-19 e a retomada das restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais e à circulação de pessoas. Mesmo diante desse cenário adverso, os indicadores macroeconômicos analisados mostraram sinais de recuperação melhores que os esperados pelo mercado. De uma forma geral, as perspectivas são de que o avanço do programa de vacinação nacional produza efeitos positivos sobre o nível de produção nacional e local, dinamizando-o e sustentando a recuperação econômica.

Contudo, ainda é grande o grau de incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia devido a uma série de fatores: o risco inflacionário latente, estimulado pela valorização das commodities no mercado externo e a manutenção de uma taxa de câmbio favorável às exportações; as mudanças no rumo da política monetária, elevando a taxa básica de juros para conter o estímulo ao consumo e ao investimento; a possibilidade de piora do quadro fiscal do país diante do atraso na aprovação das reformas administrativas e tributária; e a necessidade de prolongar o pagamento do auxílio emergencial, comprometendo as contas públicas. Da mesma forma, a crise hídrica encarece o custo da energia elétrica, elevando o custo de produção interna e pressionando pela alta de preços do mercado nacional.

Novamente, a identificação dos rumos do mercado torna-se impraticável e, conseqüentemente dificulta a realização de projeções sobre o comportamento das variáveis relacionadas à produção, preços e mercado de trabalho. Cabe, então, avaliar a concretização dos possíveis cenários a fim de adiantar possíveis movimentos e evidenciar como eles podem influenciar a tendência dos próximos trimestres de 2021.

A economia distrital não cessou sua trajetória de bons resultados diante da intensificação das medidas de combate à Covid-19 e tampouco diante da interrupção do pagamento do auxílio emergencial. Assim, com o avanço da campanha de vacinação e a redução das restrições, é possível que a atividade produtiva acelere. Essa situação deve ser incrementada pela retomada das transferências monetárias diretas à população que, ainda que tenha sido concedidos valores menores que os praticados em 2020, produzirá um estímulo ao consumo das famílias a nível nacional e distrital.

A campanha de imunização, igualmente, refletirá positivamente sobre os indicadores econômicos. Conforme o número de vacinas aplicadas se eleva, crescem as expectativas de retorno à normalidade e, conseqüentemente, de fomento econômico. Dessa forma, a perspectiva é que haja um maior dinamismo a partir do segundo semestre capaz de proporcionar uma variação positiva de 3,96% no PIB brasileiro de acordo com o Relatório de Mercado Focus³¹.

Importante mencionar que a elevada taxa de crescimento esperada pelo mercado brasileiro é, também, em função dela ser calculada em cima de uma

³¹ Relatório de mercado Focus de 28 de maio de 2021.

base comprimida, uma vez que o ano de 2020 foi marcado pela maior variação negativa anual da série histórica disponibilizada pelo IBGE³².

Com o melhor desempenho da economia, a arrecadação aumentou e aliviou, em parte, as contas públicas nacionais. No entanto, a condição fiscal do país é preocupante e pode se agravar, dependendo do tempo pelo qual o auxílio emergencial será concedido à população. Outro fato que interpreta grande influência sobre o caminho da política fiscal é o lento avanço das reformas tributária e administrativa no Legislativo Federal, trazendo mais incertezas para a conjuntura. Ambos fatores contribuem para a manutenção de déficits que comprometem a imagem do país para investidores nacionais e estrangeiros.

No âmbito da política monetária, deu-se início ao processo normalização do grau de estímulo por meio da adoção de um ciclo de elevação da taxa de juros³³. Assim, espera-se que nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) novos aumentos sejam anunciados dado que a expectativa é que a Selic finalize o ano no patamar de 5,75%³⁴. Com isso, haverá aumento do custo de contratação de crédito para investimento e consumo, desestimulando, inclusive, a Formação Bruta de Capital Fixo³⁵, uma das contas nacionais que puxaram o crescimento no primeiro trimestre de 2021.

Essa decisão também deve ajudar a conter a escalada de preços na economia. A tendência de alta está na mira do BCB desde o trimestre passado, quando aumento de preço de commodities internacionais e sua influência no preço dos alimentos e combustíveis no mercado brasileiro acendeu o alerta para a inflação. As projeções indicam que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve perder vigor nos próximos meses de forma a aproximar o indicador do centro da meta estabelecida para 2021 (3,75%), mas deve finalizar o ano acima do limite superior.

Em termos de mercado de trabalho, tudo aponta para uma expansão da taxa de participação seja pela melhora das perspectivas do nível de atividade econômica, seja pelo avanço da campanha de vacinação contra a Covid-19, que reduz as necessidades de isolamento social. Dessa forma, é factível esperar um incremento da taxa de desemprego se o mercado não conseguir absorver o excedente na mesma velocidade que novos indivíduos iniciem a procura por uma ocupação. Com o aumento da oferta de mão de obra, a remuneração média dos trabalhadores pode contrair-se, mas a massa salarial da região pode incrementar devido ao aumento no número de empregados.

Os obstáculos à uma recuperação mais premente da economia nacional e distrital permanecem perceptíveis, porém estão gradualmente se dissipando. Nesse sentido, a leitura dos indicadores sinaliza uma conjuntura otimista e favorável ao desenvolvimento da capital federal.

³² A série histórica de Contas Nacionais Trimestrais do IBGE inicia-se em 1996.

³³ Conforme mencionado anteriormente, em março de 2021, a taxa Selic foi elevada para 2,75% e, em maio, passou para 3,50%.

³⁴ Relatório de mercado Focus de 28 de maio de 2021.

³⁵ A Formação Bruta de Capital Fixo do Brasil cresceu 17,0% no primeiro trimestre de 2021 em relação a igual período de 2020.